

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA: UMA ABORDAGEM DO
SERVIÇO SOCIAL À FAMÍLIA

EDENISI MARIA FRANCISCO

FLORIANÓPOLIS

2004/2

EDENISI MARIA FRANCISCO

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA: UMA ABORDAGEM DO
SERVIÇO SOCIAL À FAMÍLIA

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso da 8ª fase do Curso de Serviço Social,
orientado pela professora Krystyna Matys Costa, da
Universidade Federal de Santa Catarina.

TKa.

Teresa Kleba LISBOA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS
2004

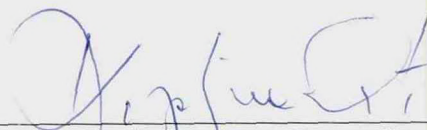
DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/12/04

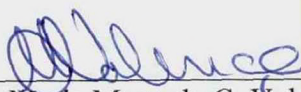
Edenisi Maria Francisco

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE PALHOÇA: UMA ABORDAGEM DO SERVIÇO SOCIAL À FAMÍLIA

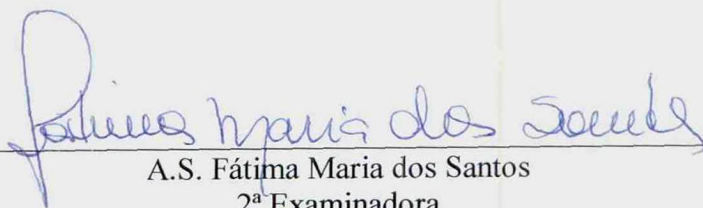
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção
do Título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do
Centro Sócio - Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Prof.ª Krystyna Matys Costa
Orientadora



Prof.ª Maria Manoela C. Valença
1ª Examinadora



A.S. Fátima Maria dos Santos
2ª Examinadora

Florianópolis, 09 de dezembro de 2004.

FRANCISCO, Edenisi Maria. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça: Uma Abordagem do Serviço Social À Família.** UFSC, 2004.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça, que é desenvolvido pela Diretoria do Desenvolvimento Social e Gerência dos Programas Sociais do município.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar tem como objetivo atender famílias de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, ocasionado pela impetração da Violência Doméstica na família.

Para entendermos a dinâmica do trabalho desenvolvido no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar com as famílias que são atendidas por ele, é realizado um breve resgate histórico das transformações ocorridas no Grupo Familiar e como a família passou a ser entendida como forma de expressão da Questão Social.

São apresentados conceitos sobre as formas de violência que permeiam o Grupo familiar e as formas de composição dos Grupos Familiares, visando quebrar os paradigmas de família regular e família irregular.

Neste trabalho são abordadas também as problemáticas enfrentadas pelas famílias atendidas no Programa e são apresentados os procedimentos utilizados pela equipe técnica para trabalhar com o Grupo Familiar

Palavras Chave: Grupo Familiar, Conflitos e Intervenção

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste sonho de concluir um curso superior.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por ter me concedido o Dom da Vida, ter sido a força que me impulsionou nesta caminhada, a mão que me afagou nos momentos de angústia e o amigo FIEL de todas as horas.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio dado nesta caminhada. Em especial agradeço aos meus pais (Alci e Maria), por terem me compreendido nos momentos difíceis e por fazerem com que eu me sentisse tão amada.

Agradeço aos meus amigos e amigas que se fizeram presentes quando tudo parecia tão incerto, me ouvindo e aconselhando.

Agradeço à Prefeitura de Palhoça, por proporcionar o espaço de estágio, que constituiu uma das bases para o aprendizado profissional.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pela orientação e auxílio prestados no desenvolvimento das atividades que competiam a minha função.

Enfim neste momento de despedida não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos aos colegas da turma pelo crescimento pessoal proporcionado durante a convivência que tivemos nestes quatro anos de caminhada.

Em especial gostaria de registrar o muito obrigada especial para vocês amigas:

Vanessa por ter sido o raio de luz, que com sua alegria dava mais brilho ao nosso “grupinho”.

Fê Coelho e Fê Ferreira por se fazerem sempre presentes e prontas para ouvir, estendendo a mão nos momentos difíceis.

Rosângela por sua simplicidade e humildade durante o convívio conosco e por seu companheirismo nas situações que vivenciamos juntas.

Vera (Verita) por você ter me estendido à mão e oferecido sua amizade permitindo que eu pudesse participar de sua vida e convivendo com sua família me sentindo parte dela. Obrigada pelo carinho, pelos conselhos, pelos puxões de orelhas, enfim por tudo que vivenciamos juntas. Faço minhas suas palavras “você foi uma das mais importantes passagens da minha vida espero que permaneças”.

SUMÁRIO

Introdução -----	07
I CAPÍTULO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA – PMP -	
1 Caracterização da Instituição -----	09
1.1 A Assistência Social no Município de Palhoça -----	13
1.2 Programas Direcionados a Criança e ao Adolescente Desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Palhoça -----	14
1.2.1 Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)-----	14
1.2.2 Programa Abrigo (Casas Lares) -----	15
1.2.3 Programa Sócio Educativo em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC) -----	16
1.2.4 Projeto Clarear/Sentinela -----	16
1.2.5 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar -----	17
1.3 Família – Breve Histórico Sobre as Transformações Conceituais -----	18
1.4 A Violência no Âmbito Familiar -----	24
1.4.1 Conceituação das Formas de Violência -----	25
1.5 Como Abordar a Vítima -----	36
1.6 Família Forma de Expressão Social-----	39
1.7 Família e Instituição -----	42
II CAPÍTULO: APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA – PMP.	
1 Conhecendo o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – PMP-----	44
1.1 Características das Famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – PMP -----	51
1.2 Problemáticas Vivenciadas pelas Famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar -----	55
1.3 Apresentação de um caso atendido no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar -----	59
2 Considerações Finais -----	83
3 Referências -----	85
4 Anexos -----	88

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso vem cumprir uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem como objetivo apresentar o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça, que atende famílias de crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal ocasionada pelo uso da Violência Doméstica nas relações intra familiares.

No desenvolvimento do trabalho, será apresentada a Instituição – Prefeitura Municipal de Palhoça – sendo colocada qual a sua finalidade, seu âmbito de atuação e alguns Programas e Projetos direcionados para a criança e ao adolescente que a Prefeitura através da Diretoria do Desenvolvimento Social desenvolve, dando destaque para o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

A implantação do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar nos municípios está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – artigo 90 inciso I-, que foi regulamentado pela Lei nº. 8.069/90, e tem como objetivo garantir os direitos da criança e do adolescente.

A temática trabalhada pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio familiar é a Violência Doméstica, mais especificamente Violência Física, Violência Psicológica e Negligência que cada vez mais fazem parte da realidade social das famílias que são encaminhadas para atendimento no Programa.

Diante desta realidade, para que possamos entender com mais propriedade o trabalho realizado pelos técnicos do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, serão apresentados conceitos sobre os tipos de violência, e quais as conseqüências da impetração da Violência no âmbito Doméstico.

Podemos observar que na sociedade atual as configurações familiares mudaram, fugindo do padrão de modelo Familiar que conhecemos como o correto – Modelo Nuclear,

composto por pai, mãe e filhos – sendo a sociedade hoje composta por vários modelos de famílias como Pai Periférico, Casal Instável, etc. Para entendermos como se chegou a essa compreensão sobre as diversidades de composições familiares foi realizado um breve resgate histórico sobre a trajetória do Grupo Familiar.

Este trabalho tem como objetivo registrar como se deu na prática o acompanhamento da acadêmica a uma das famílias atendidas pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar durante seu estágio, com a supervisão do Assistente Social. É apresentado também através deste caso a atuação do Assistente Social junto a uma equipe interdisciplinar, em que áreas o mesmo realiza sua intervenção e de que maneira os instrumentos técnicos operativos são aplicados no fazer profissional.

O trabalho apresenta também como é a atuação do Assistente Social junto a uma equipe interdisciplinar, em que áreas o mesmo realiza sua intervenção e de que maneira os instrumentos técnico operativos são aplicados no fazer profissional.

Por fim esse trabalho tem como o objetivo registrar como acontece na prática o trabalho de Assistente Social, traz o relato de um caso acompanhado pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, para ilustrar como o conhecimento teórico-metodológico adquirido na vida acadêmica é aplicado na prática do Serviço Social.

Nas considerações finais são apontadas algumas questões sobre os Programas que tem por finalidade trabalhar a família.

Capítulo I - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

1. Caracterização da Instituição

A Prefeitura Municipal de Palhoça é uma Instituição de caráter público, sem fins lucrativos que tem como objetivo atender todos os cidadãos que residem nesse município. Seus representantes legais são escolhidos pela população através de eleições.

O Município de Palhoça possui uma área de 362 Km², sua fundação é datada de 31 de julho de 1793, situa – se no continente e faz limite ao Norte com São José, ao Sul com Paulo Lopes, ao Oeste com Santo Amaro da Imperatriz, ao Leste com o Oceano Atlântico e fica a 15 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina. É possível que até 1651 somente os índios Carijós Xockleng habitassem neste pedaço de terra.

O caminho que ligava as cidades litorâneas do estado de Santa Catarina ao Planalto Serrano era muito longo. Então, durante seu trajeto, criou-se vários povoados, dentre eles Palhoça, que também serviria de refúgio em caso de ataques inimigos a Ilha de Desterro, hoje Florianópolis. Acredita-se que o nome Palhoça é devido ao fato de os ranchos construídos na época serem cobertos de palha. Em 24 de abril de 1894, Palhoça emancipou-se e tornou-se município. (Projeto do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar)

Até setembro do corrente ano, o prédio Administrativo da Prefeitura de Palhoça (incluindo gabinete do prefeito) localizava-se no mesmo local desde a emancipação do município (Avenida Barão do Rio Branco, 235, Centro), sendo transferido no referido mês para o prédio novo, que comporta todas as sete Secretarias mantidas pela Prefeitura, no loteamento Pagani.

A prefeitura de Palhoça possui as seguintes Secretarias:

❖ **Secretaria do Governo** - esta Secretaria é responsável pela elaboração e acompanhamento de projetos junto aos governos federal e estadual e outros órgãos, cuida do andamento dos projetos em análise junto à câmara municipal e produz informações, pareceres e outros documentos de natureza técnica e administrativa. Outra função desta Secretaria é a assessoria de imprensa, onde são divulgadas notas para imprensa sobre tudo o que acontece relacionado à Prefeitura de Palhoça e seus representantes.

❖ **Secretaria da Educação, Cultura e Desportos** – sua função é coordenar projetos e obras que beneficiam a educação e a cultura do município de Palhoça.

De acordo com o atual Secretário da educação Lucas Vidal, o trabalho dentro da Secretaria está sendo feito no sentido de superar o atraso da educação no município em relação ao crescente número de habitantes que, nos últimos dez anos, passou de 51 para 104 mil.

❖ **Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo** – O objetivo básico desta Secretaria consiste no assessoramento ao executivo fiscal na sua área e expedir instruções para o bom desempenho das atividades inerentes a sua pasta. Atua em consonância com diretrizes traçadas em âmbito federal e estadual, visando o desenvolvimento turístico e o crescimento da economia municipal. A secretaria de turismo tem presença e é ouvida constantemente quanto à definição de planos de obras municipais. Como é da competência desta Secretaria, traçar e executar a Política Municipal de Turismo, fomentar e desenvolver o turismo no município e ainda,

fiscalizar as atividades das entidades e pessoas a serviço do turismo, torna-se indispensável que seja dotada de status e autoridade suficientes para o cumprimento do seu trabalho.

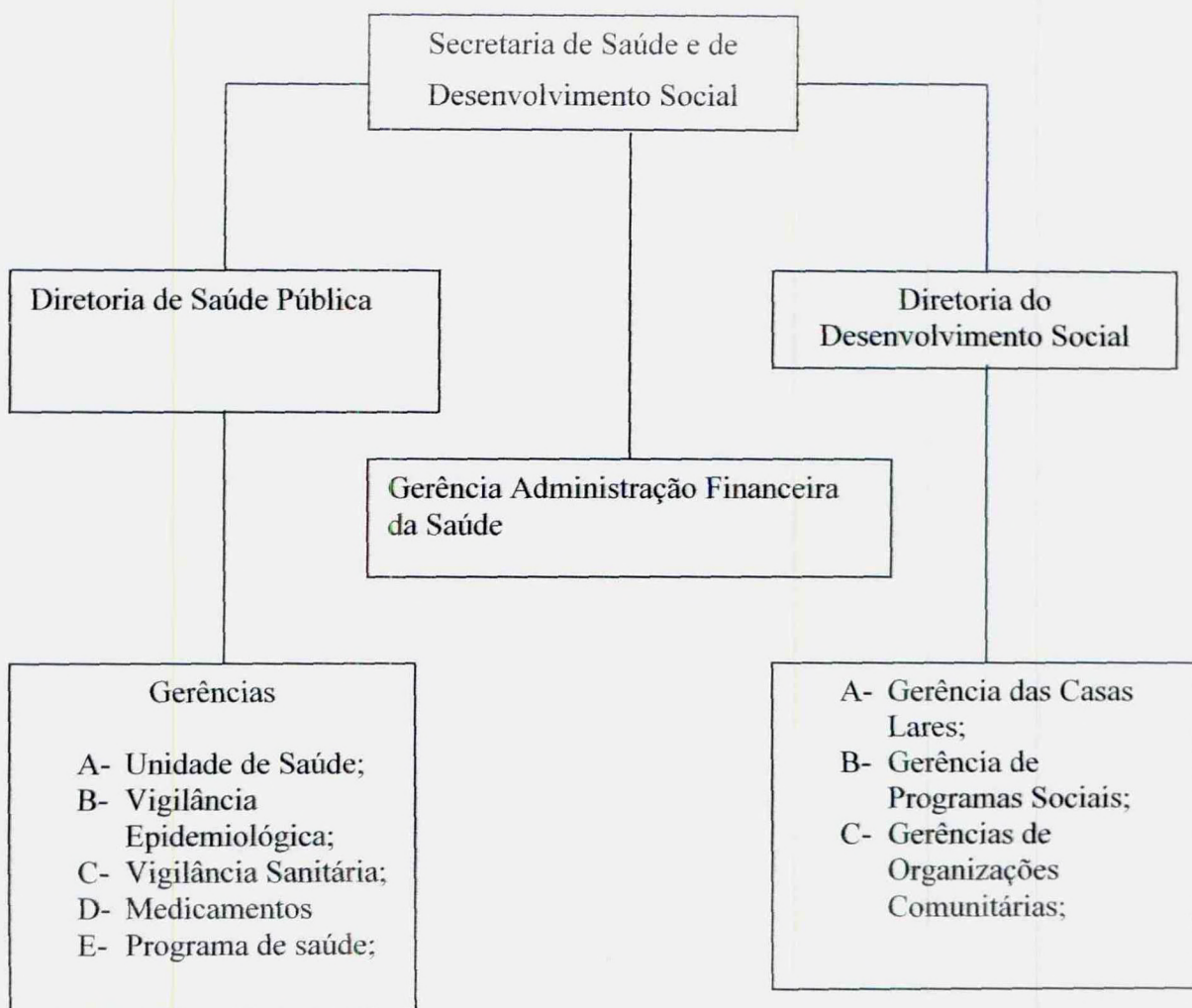
❖ **Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Pesca** – esta Secretaria atende agricultores e pescadores em diversos bairros do município de Palhoça, como: Guarda do Cubatão, Formiga, Furadinho, Terra Fraca, Sertão do Campo, Três Barras e São Sebastião. Foi implantado no município através desta Secretaria a Maricultura, criação de mariscos e ostras em cativeiro.

❖ **Secretaria da Administração Financeira** – esta secretaria tem como função desenvolver todas as atividades no campo administrativo da Prefeitura.

❖ **Secretaria da Infra Estrutura e Meio Ambiente** – o objetivo principal desta Secretaria é planejar de forma ordenada e crescimento do município, objetivando proporcionar mais segurança aos cidadãos palhocenses.

❖ **Secretaria da Saúde e de Desenvolvimento Social** – esta Secretaria tem como função “promover a qualidade de vida através de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com especial estimulação a participação social” dos cidadãos palhocenses. É composta por duas diretorias – Saúde Pública e Desenvolvimento Social – e uma gerência – Administração Financeira da Saúde, sendo que cada diretoria subdivide-se em gerências, conforme podemos observar no organograma que segue:

Organograma da Secretaria de Saúde e de Desenvolvimento Social



1.1 A Assistência social no município de Palhoça

A Assistência Social no município de Palhoça foi criada durante a gestão do Prefeito Neri Brasileiro Ramos, no ano de 1985, conforme lei nº 877/88. Já o Serviço Social surgiu na gestão do Prefeito Paulo Roberto Vidal, em 1989, quando entrou em vigor a Lei nº 877/88, e criou-se a Secretaria do Desenvolvimento Social e Comunitário, com a secretária Elizete Bröenrig Vidal. Esta Secretaria contava apenas com uma assistente social.

Em 1990 foi realizado o primeiro concurso para a contratação de assistente social, segundo relato da assistente social Simone Domingues a pioneira do município. (estagiária de Serviço Social Mariana Silveira Barcelos/2003).

Em 2001 a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário foi extinta, e passou a ser Diretoria do Desenvolvimento Social.

A Diretoria do Desenvolvimento Social está vinculada a Secretaria da Saúde e prima pela promoção de uma melhor qualidade de vida aos cidadãos palhocenses articulando-se com as demais políticas públicas. Busca executar programas/ações que garantam o suprimento das necessidades básicas da população, priorizando a execução de quatro funções distintas e complementares, definidas na Norma Operacional Básica da Assistência Social que são;

- **“Inserção** – entendida como forma de inclusão, dos destinatários da Assistência Social, nas políticas sociais básicas visando proporcionar ao usuário o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população”.
- **“Prevenção** – no sentido de criar programas de apoio nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão perca o acesso que já possui aos bens e serviços

mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de pobreza e ou atendido pelas políticas sócio-econômicas setoriais”.

- **“Promoção** – buscando promover a cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários da Assistência Social”.

- **“Proteção** – compreendida como atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meios de ações de redistribuição de renda direta e indireta”.

1.2 Programas Direcionados a Criança e ao Adolescente Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Palhoça

A Prefeitura de Palhoça, através da Diretoria do Desenvolvimento Social, conta com alguns Programas e Projetos direcionados a criança e ao adolescente, segue abaixo a relação destes e suas respectivas Gerências:

1.2.1 Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil foi implantado no município de Palhoça no ano 2000, é executado pela Gerência dos Programas Sociais, em parceria com instituições de Proteção à criança e ao adolescente com o apoio da Secretaria Municipal da Educação, e é fruto de um Programa do Ministério da Assistência Social.

O Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil visa resgatar a criança e o adolescente que tem o seu desenvolvimento – saúde, alimentação, educação - comprometido pelo trabalho forçado em idade escolar, para ajudar no sustento e com as despesas de sua família. As famílias das crianças inseridas no Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil são beneficiadas com uma bolsa mensal, para que a criança e o adolescente freqüentem a escola. (dados colhidos site da Prefeitura Municipal de Palhoça)

1.2.2 Programa Abrigo (Casas Lares) –

No Município de Palhoça o Programa Abrigo - Casas Lares - foi implantado no ano de 1994 e está vinculado à Diretoria do Desenvolvimento Social e a Gerência das Casas Lares. Atualmente funciona com duas casas (Casa Lar Feminina e Casa Lar Masculina), tendo como meta atender 30 crianças e adolescentes, com idade de 0 a 18 anos.

As crianças e adolescentes abrigadas são encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou Fórum do Município de Palhoça, quando a convivência no Grupo Familiar caracteriza situação de risco para criança ou adolescente. O objetivo do Programa é desenvolver ações no sentido de garantir à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária, visando trabalhar o resgate dos vínculos afetivos ameaçados, buscando evitar a perda de identidade, em decorrência do afastamento do convívio familiar e da institucionalização prolongada. (dados colhidos site da Prefeitura Municipal de Palhoça)

1.2.3 Programa Sócio Educativo em Liberdade Assistida - LA - e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC –

Em Palhoça, o Poder Executivo implantou o referido Programa no dia 01 de janeiro de 2002, através de convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão sendo coordenado pela Gerência dos Programas Sociais, em face da realidade de atos infracionais praticados por adolescentes do município.

O Programa tem como objetivo realizar a intervenção sócio educativa com o adolescente autor de ato infracional, em regime aberto, encaminhado pelo Poder Judiciário, a fim de promovê-lo, bem como sua família, elevando sua condição de cidadania.

1.2.4 Projeto Clarear/Sentinela

No município de Palhoça o Projeto Clarear/Sentinela foi implantado no ano de 2001, e está vinculado a Gerência dos Programas Sociais e é executado em parceria com o Governo Federal.

O referido Projeto tem como objetivo

Apoiar, acompanhar e realizar atendimento psicossocial com as famílias de Crianças e Adolescentes Vítimas Violência Exploração Sexual Infante – Juvenil encaminhadas pelo Conselho Tutelar, bem como atuar na prevenção de novos casos. (Projeto Clarear/Sentinela).

1.2.5 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF –

O Programa tem como princípio atender as famílias de crianças e/ou adolescentes que sofrem algum tipo de violência doméstica (física, psicológica ou negligência), que se encontra em situação de risco pessoal e/ou social. (Projeto POASF)

No decorrer deste trabalho será explanado, especificamente, o funcionamento do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, sendo que nele foi realizado estágio por um período de 1 ano e 10 meses, de fevereiro/2003 a dezembro 2004, incluindo o Estágio Curricular Obrigatório que correspondeu ao período 2004/1, 7ª fase.

1.3 Família: Breve Histórico Sobre as Transformações Conceituais

Desde o período do Homem das Cavernas, na era Primitiva, o homem vive em grupos. Este foi o meio encontrado por ele para conseguir manter e proliferar sua espécie. Mais tarde, na vida em comunidade as atividades para manutenção do grupo eram divididas de forma igualitária entre seus membros. Quando conseguiu se fixar na terra o homem deu início a um processo de reformulação da estrutura social que vai refletir na dinâmica do grupo.

Com os avanços conquistados na área da agricultura e com a descoberta do Novo Mundo, condicionada pelas Grandes Navegações Marítimas – século XV - o Homem modificou sua forma de pensar e agir. Continuou a viver em grupo, porém para atender as necessidades surgidas em decorrência das novas descobertas. Reformulou as relações grupais no sentido de estreitar os laços entre seus membros, ao ponto de reduzir a ligação entre os mesmos a laços sanguíneos, surgindo então à concepção de família.

A partir do século XIX a família passou a ser entendida por algumas áreas como uma Instituição onde o indivíduo forma sua personalidade para viver em sociedade, pois é nela que desenvolve o sentimento de pertencer a um grupo. Analisando os estudos realizados – na antropologia, sociologia, história e psicologia social - sobre o Grupo Familiar podemos observar que este passou por várias fases e que a construção de sua conceituação é resultado de um processo histórico, dinâmico e mutável, como podemos constatar abaixo, na fala de Reis:

“É, portanto impossível entender o Grupo Familiar sem considerá-lo dentro da complexa trama social e histórica que o envolve. (...) a família não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constituiu de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder as necessidades sociais. Sendo uma instituição social, possui também para os homens uma representação que é socialmente elaborada e que orienta a conduta de seus membros”. (2001; 102).

O autor fala ainda, que a família exerce uma função ideológica, no sentido de que a mesma, além da reprodução biológica, promove também a reprodução social, moldando seus membros para viverem dentro dos moldes da conjuntura social e do momento histórico em que vive.

Na Psicologia Social Lane coloca que “a família é o grupo necessário para garantir a sobrevivência do indivíduo e por isso mesmo tende a ser vista como natural e universal, na sua função de reprodução dos homens” (1994; 40). A instituição familiar é, em qualquer sociedade moderna, regida por leis, normas e costumes que definem direitos e deveres dos seus membros e, portanto, os papéis de marido e mulher, de pai, de mãe e filhos deverão reproduzir as relações de poder da sociedade em que vivem.

É no grupo familiar que o indivíduo recebe a socialização primária, na qual interioriza os valores culturais que são passados por gerações e somente quando aumenta o seu círculo social é que começa a questionar tudo o que aprendeu desde a sua infância.

Quando estudamos o processo histórico de formação do Grupo Familiar, observamos que ele passou por várias fases no decorrer dos séculos, e que os papéis desempenhados por seus membros sofreram modificações na dinâmica familiar.

Poster (2001 apud REIS 200; 105-113) em seus estudos sobre a família, no seu livro Teoria Crítica da Família aponta dados que explicam de forma mais objetiva essas modificações. O referido autor apresenta quatro modelos de famílias, a saber:

- **Família Aristocrática (século XVI)** – este modelo de família caracterizava-se pelo fato da riqueza e controle das terras estarem ligados ao monarca, havia um alto índice de natalidade, a família era extensa, moravam em castelos, sem privacidade, com condições sanitárias precárias e por consequência da falta de higiene o índice de mortalidade era tão alto quanto o de natalidade, as relações eram hierarquizadas.

A divisão do trabalho ocorria da seguinte forma: o homem ia para guerra e a mulher ficava responsável pela organização da vida social do castelo, as crianças eram educadas por moradores do mesmo, sendo induzidas a reproduzir os moldes da época. A prática do sexo era exercida também entre adultos do mesmo sexo, as crianças tinham liberdade para praticar também se quisessem. As necessidades sexuais das mulheres também eram reconhecidas, sem que isso provocasse a perda dos seus direitos ou da aceitação social.

• **Família Camponesa (século XVII)** – semelhante à Família Aristocrática, esta se caracteriza também pelo alto índice de natalidade e acentuada mortalidade infantil.

A educação das crianças era integrada à comunidade, a aldeia era considerada um grupo social muito importante, as crianças eram enfaixadas (mães que não tinham com quem deixar seu filho enfaixavam-no e deixavam-no pendurado na parede, protegido de todo animal que pudesse machucá-lo), havia a falta de hábitos higiênicos. Apesar de viver em pequenos grupos nucleares esta família desconhecia e não valorizava a domesticidade e a privacidade.

• **Família Proletária (século XVII)** – para Poster este modelo de família passa por três fases que vão da sua constituição até a adoção do modelo familiar burguês.

Na primeira fase todos os membros da família trabalhavam, cumprindo jornadas de trabalho que variavam de 14 a 17h. As crianças com 10 anos de idade já eram recrutadas para o trabalho nas fábricas e as condições de higiene em que viviam eram muito precárias, favorecendo o alto índice de mortalidade infantil. Nesta fase, a vida da família proletária foi caracterizada por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo.

A segunda fase corresponde à segunda metade do século XIX. Essa fase é marcada por uma aproximação dos padrões burgueses de diferenciação de papéis sexuais. A

mulher passou a ficar mais tempo em casa com os filhos e os homens estabeleceram a fábrica e o bar como pólos de gravitação de sua vida social.

A terceira e última fase ocorreu já no século XX, com a mudança da família operária para os subúrbios. A partir desse momento romperam-se os vínculos com a comunidade. A mulher ficou isolada no lar e o homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade. A educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família.

• **Família Burguesa (nasceu na Europa em meados do século XVIII)** – surgem novos padrões de relações familiares. Estes se caracterizam antes de tudo pelo fechamento da família em si mesma. Há uma separação entre a residência e o local de trabalho.

Houve uma notável divisão de papéis sexuais, a mulher ficou confinada a cuidar da casa, do marido e dos filhos, devendo praticar o sexo somente intencionado a reprodução, ou seja, o prazer sexual era negado para ela. O homem foi “eleito” o provedor do lar, responsável pelo sustento da família e não era recriminado se mantivesse relações extra conjugais. A educação dos filhos objetivava criar certa dependência deles em relação aos pais. A repressão à sexualidade infantil ganhou um lugar de destaque na família burguesa. O poder parental é travestido de amor para submeter os filhos. (Reis 2001; 105-113)

Com as referências acima descritas sobre a família, podemos compreender que as transformações ocorridas dentro do grupo familiar, culminaram na redefinição dos papéis desenvolvidos por seus membros, segundo Miotto (1977) a família brasileira apresentou significativas mudanças em sua estrutura, ocasionadas pelo processo de modernização da sociedade na 2ª metade do século XX, gerando um novo padrão demográfico na realidade brasileira, marcada pelas seguintes características populacionais.

- a) Significativa redução do número de filhos, com uma média, nos anos 90, de 2,5 filhos por família, em contraposição aos anos 60, cuja média era de 6,3 filhos por família;
- b) Concentração da vida reprodutiva da mulher na idade mais jovem, até trinta anos. Com esta mudança a mulher tem mais tempo para dedicar-se a outras atividades como trabalho, estudo, relação conjugal além de cuidar dos filhos.
- c) Aumento da gravidez entre adolescentes;
- d) Aumento da co-habitação e da união consensual;
- e) Aumento significativo de famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes de família;
- f) Aumento de famílias recompostas, casais que se separam e constituem uma nova família;
- g) Aumento da expectativa de vida, e com isso há uma população proporcionalmente mais velha;
- h) Aumento do número de pessoas que vivem só; e
- i) Regularização da união de pessoas do mesmo sexo.

De acordo com o exposto, podemos constatar então que no modelo familiar da atualidade ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois o homem muitas vezes não consegue manter a família somente com o seu salário, uma vez que o custo de vida está muito alto e a família encontra dificuldades para sanar suas necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia, educação e lazer.

Na conjuntura atual encontramos vários modelos de família, além da família Nuclear composta por pai, mãe e filhos. Segundo Miotto (1977; 120):

“A rigor, mesmo não adentrando em diferenças regionais e sociais, não é possível falar de família, mas sim de famílias. O uso no plural se faz no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira. Dessa forma a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa

primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido". (p.120)

Por outro lado, temos que considerar também, que o Grupo Familiar é composto por pessoas, sendo que cada uma tem seu jeito único de ser e em consequência disso há uma grande possibilidade de surgir conflitos entre seus membros. Se o papel de cada um não tiver bem definido a possibilidade de superar as diferenças torna difícil de concretizar.

De acordo com o que diz Minuchin e Colapinto:

"Quando descrevemos as famílias como possuindo uma estrutura, queremos indicar algo mais que um mapa de quem pertence à família. Estamos nos referindo a padrões de interação recorrentes e previsíveis. Esses padrões refletem as filiações, tensões e hierarquias importantes nas sociedades humanas, e têm significado para o comportamento e os relacionamentos(...). Os padrões que organizam a hierarquia do poder aparecem em toda família. Eles definem os caminhos que a família utiliza para tomar decisões e controlar o comportamento dos seus membros". (P.23)

Considerando o que foi colocado, podemos concluir que todos nós pertencemos a um Grupo Familiar, mesmo quando este não se enquadra no modelo de Família Nuclear – composto por pai, mãe e filhos - definido pela sociedade, e é no Grupo Familiar que aprendemos a nos relacionar com o outro e desenvolvemos o sentimento de nós. Adquirimos valores e que formam nossa personalidade.

1.4 A Violência no âmbito familiar

Desde a Era Primitiva a violência faz parte do convívio entre os homens, pois para satisfazer suas necessidades naturais - alimentação, vestuário, moradia -, eram obrigados a superar as dificuldades que encontravam em seu cotidiano.

De acordo com Fraga (2002; 44):

Num sentido mais amplo a violência acompanha o homem desde os primórdios dos tempos da história. A natureza, assim como a sociedade, constitui uma totalidade de inter-relações. Os seres vivos da natureza são, por definição ontológica, incompletos, seres de necessidades e, como tais, finitos, mortais.

Durante a evolução da espécie humana o fenômeno da violência vem acompanhando o Homem, transformando-se em uma constante na sociedade atual, a ponto de ser banalizada. O individualismo impera nas relações entre os indivíduos que para atingirem seus objetivos utilizam a “lei do mais forte”.

No que se refere às famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar o uso da violência passou a ser realizado como forma mais eficaz de disciplinamento, para aqueles que não seguem os costumes e valores passados pelos seus pais ou responsáveis.

1.4.1 Conceituação das Formas de Violência

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (apostila/LACRI¹)

Na sociedade em que vivemos a família é considerada o “porto seguro” de seus membros. Nela o indivíduo está protegido. Porém, no processo civilizatório do homem, o seu modo de agir foi sendo modificado, o adulto utiliza-se covardemente de sua força física como forma de impor limites as suas crianças e adolescentes.

Em muitas famílias o diálogo entre seus membros não está presente, logo sua dinâmica é baseada na relação de poder de decisão, onde o mais forte (adulto) exerce este poder sobre o mais fraco (criança e/ou adolescente).

A criança e o adolescente não são vistos como um ser de direitos e em desenvolvimento são tratados como uma propriedade, fato que leva os adultos a agirem de forma violenta diante de um conflito no âmbito familiar. Esta violência pode ser perpetrada na família por qualquer um de seus membros adultos ou mais velhos (pai, mãe, avó, avô, tio, tia,...).

A este tipo de violência chamamos de Violência Doméstica e esta se subdivide em quatro eixos:

¹ LACRI - Laboratório de Estudos Departamento de Psicologia. USP/SP.

1º) Violência Física

Caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a consequências extremas como a morte. Deslandes (1994).

A Violência Física ocorre em famílias que consideram esta prática adequada para disciplinar os mais novos, não tem o entendimento de que a criança e o adolescente são seres em desenvolvimento com suas peculiaridades, submetendo-os assim a satisfação de suas idealizações. Tornam-se agressivos quando contrariados e na existência de conflitos significativos entre seus membros. Este tipo de prática nas famílias quase sempre é mantida em segredo, pois as consequências que esta acarreta são temidas pelo agressor.

Consequências da violência física

Orgânicas:

- ❖ Sequelas provenientes de lesões ou até mesmo invalidez permanente;
- ❖ Vítima vir a óbito (Violência Fatal);

Psicológicas:

- ❖ Sentimento de raiva e medo em relação ao agressor;
- ❖ Dificuldades no desempenho escolar;
- ❖ Dificuldade em confiar no outro;
- ❖ Autoritarismo;
- ❖ Auto-estima negativa;

- ❖ Comportamento agressivo;
- ❖ Dificuldade de relacionamento;
- ❖ Infelicidade;

Indicadores para Identificação da Violência Física

Indicadores físicos da Criança/Adolescente	Comportamento da Criança/Adolescente	Características da família
Lesões físicas, como queimaduras, feridas e fraturas que não se adequam à causa alegada. Ocultamento de lesões antigas e não explicadas.	Muito agressivo ou apático. Extremamente hiperativo ou depressivo; Assustável ou temeroso; Tendências autodestrutivas; Teme os pais; Apresenta causa pouco viáveis para suas lesões; Apresenta baixo conceito de si; Foge constantemente de casa; Tem problemas de aprendizagem.	Ocultas as lesões da criança ou as justifica de forma não convincente ou contraditória; Descreve a criança como má ou desobediente; Defende disciplina severa; Pode abusar de álcool ou de drogas; Tem expectativas irreais da criança; Tem antecedente de maus-tratos na família.

Fonte: Deslandes, S.F. Prevenir a Violência. Um desafio para Educadores. FIOCRUZ/ ENSP/CLAVES – Jorge Careli, rio de Janeiro, 1994.

2º) Violência Psicológica – “é o ato constante do adulto (ou pessoa mais velha) em relação à criança de forma a depreciá-la, bloqueá-la em seus esforços de auto- aceitação, enfim interferir de maneira negativa, causando-lhe sofrimento mental.” Azevedo e Guerra (1989)

A violência Psicológica pode ocorrer da seguinte forma:

- ❖ **Humilhação** – rebaixar o outro, fazê-lo sentir-se inferior, sem valor enquanto pessoa;
- ❖ **Exposição Indevida da Imagem da Criança ou Adolescente** – expor a imagem destes na edição de reportagens que denunciam casos de violência, ou pode acontecer sutilmente, como é o caso dos Programas Infantis e Propagandas que exibem danças e músicas que estimulam e promovem a erotização das crianças e adolescentes.

- ❖ **Tortura psicológica** – atitude ou ato de uma pessoa adulta que visa controlar ou simplesmente causar sofrimento psíquico à criança e ao adolescente, através de ameaças, privação de algo que lhe dê prazer, isolamento, entre outros.
- ❖ **Ausência de limites** – pais adotam uma postura liberal na educação de seus filhos e encontram dificuldades em impor limites.
- ❖ **Corromper** – induzir a criança e o adolescente à prostituição, ao crime e ao uso de drogas.
- ❖ **Produzir expectativas irreais ou extremadas** – exigências sobre o rendimento (escolar, intelectual, esportivo).
- ❖ **Negligência afetiva** – consiste na falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança e do adolescente.
- ❖ **Isolar** – impedir que as crianças e os adolescentes tenham amigos e desfrutem de experiências próprias da idade.

A Violência Psicológica é difícil de ser detectada e comprovada, pois não deixa marcas físicas em quem as sofrem. No quadro que segue serão demonstradas alguns indicadores que ajudam na identificação desta.

Indicadores físicos da Criança/Adolescente	Comportamento da Criança/Adolescente	Características da família
Problemas de saúde; Obesidade; Afeções na pele; Problemas de tartamudez; Comportamento infantil; Urinar na roupa ou na cama; Chupar o dedo.	Problemas na aprendizagem; Comportamentos extremos de agressividade ou timidez destrutiva ou auto destrutivo; Problemas com o sono; Baixo conceito de si; Depressivo; Apático; Tendência suicida.	Tem expectativas irreais sobre a criança; Rejeita; Aterroriza; Ignora; Isola; Exige em demasia; Corrompe; Descreve a criança como muito má, diferente das demais.

Fonte: Deslandes, S.F Prevenir a Violência. Um desafio para Educadores. FIOCRUZ/ ENSP/CLAVES – Jorge Careli, rio de Janeiro, 1994.

3º) Negligência

Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de prover as necessidades físicas, de saúde, educacionais, higiênicas de seus filhos ou de supervisionar suas atividades, de modo a prevenir riscos e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle". (Apostila LACRI p. 14)

Perfil dos pais e/ou responsáveis negligentes

- ❖ Isolamento Social;
- ❖ Dificuldade de procurar as redes de apoio formal e informal;
- ❖ Dependência química, problemas de saúde e mental;
- ❖ Experiências sofridas por eles em sua infância;
- ❖ Famílias monoparentais com troca constante de parceiros;
- ❖ Desconhecimento dos pais quanto as etapas de crescimento dos filhos;
- ❖ Desconhecimento do papel parental;
- ❖ Problema de personalidade;
- ❖ Stress;
- ❖ Pobreza;

Modalidades de negligência

- a) **Médica** – (incluindo a dentária), as necessidades de saúde da criança não estão sendo preenchidas.
- b) **Educacional** – os pais não providenciam o substrato necessário para a frequência à escola.

- c) **Higiênica** – quando a criança vivencia precárias condições de higiene.
- d) **De supervisão** – a criança é deixada sozinha, sujeita a riscos.
- e) **Física** – não há roupas adequadas para uso, não recebe alimentação suficiente.

A negligência pode ser:

- a) **Severa:** caracteriza-se pela falta de higiene na casa, a alimentação não é servida de forma regular, não são estipulados horários para dormir, comer, brincar, e muitas vezes as crianças e/ou adolescentes ficam em casa sozinhas por dias. Geralmente nesses casos há uma grande incidência do uso de drogas por parte dos adultos e alguns em especial apresentam quadros de distúrbios psiquiátricos ou problemas mentais.
- b) **Moderada:** a falta de comprometimento com a atenção a criança e/ao adolescente existe, porém não é tão acentuada como no caso anterior.

A negligência acarreta conseqüências físicas e psicológicas para criança e/ o adolescente, são elas:

- a) Crescimento comprometido;
- b) Saúde debilitada;
- c) Desanimo;
- d) Problema de conduta;
- e) Privação cultural;
- f) Auto-estima negativa;
- g) Desnutrição;
- h) Depressão;

Indicadores para identificação da negligência

Indicadores físicos da Criança/Adolescente	Comportamento da Criança/Adolescente	Características da família
Padrão de crescimento deficiente; Apresenta vestimenta inadequada ao clima; Problemas físicos ou necessidades não atendidas Fadiga constante; Pouca atenção.	Comportamentos extremos: hiper ou hipoativo; Assume responsabilidades de um adulto; Comportamentos infantis ou depressivos; Contínuas ausências ou atrasos à escola e consultas médicas.	Apática e passiva; Não parece se preocupar com a situação da criança; Não busca resolver as necessidades de atenção da criança; Pode abusar de álcool e entorpecentes; Apresenta severo desleixo com a higiene e aparência pessoal.

Fonte: Deslandes, S.F Prevenir a Violência. Um desafio para Educadores. FIOCRUZ/ ENSP/CLAVES – Jorge Careli, rio de Janeiro, 1994.

4º) Exploração e/ou abuso sexual infanto juvenil – Azevedo e Guerra (1995):

(...) é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menos de 18 anos, tendo por finalidade, estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Schechter e Roberge (1976;129) apud Furniss (1993;12):

A exploração sexual das crianças refere-se ao desenvolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado violam os tabus sociais dos papéis familiares.

O abuso sexual, no âmbito familiar, é um fato que vem ocorrendo com alguma frequência nas relações intra-familiares, e no decorrer do tempo vem adquirindo maior visibilidade por consequência dos trabalhos realizados nos sentido da Prevenção e das Denúncias no que se refere ao abuso e exploração sexual infanto juvenil.

Trabalhar com esta demanda não é tarefa fácil, pois mexe muito com o emocional dos profissionais que trabalham com esta temática. A Violência Sexual da mesma forma que os outros tipos de violência – Física, Psicológica e Negligência – deixam marcas e abalam a dinâmica do grupo familiar.

Faleiros (1997) aponta alguns aspectos, que precisam estar claros, quanto à dimensão da Violência Sexual intra – familiar:

- ❖ **Segredo familiar** – o abuso sexual é ocasionado por alguém da família, e muitas vezes, com a complacência de outros membros da família;
- ❖ **Reincidência** – os abusadores geralmente, não restringem o abuso a uma pessoa;
- ❖ **Repetição da violência** – as pessoas adultas tendem a reproduzir a violência que sofreram quando crianças;
- ❖ **Presença da violência em todas as classes sociais** - o abuso não ocorre somente nas famílias de baixa renda.
- ❖ **As crianças e os adolescentes** – podem ser vitimizados em qualquer idade;
- ❖ **Impunidade do abusador** – muitas vezes por questões culturais o abusador é perdoado;
- ❖ **Fuga de casa** – é comum, em depoimentos de meninos e meninas de rua, constatamos que a fuga de casa foi ocasionada por agressões físicas e ou sexuais;
- ❖ **Necessidade de terapia acompanhamento** – este trabalho tem que ser realizado por uma equipe multiprofissional ou interdisciplinar.

Devemos considerar nas famílias onde é perpetrada a Violência Sexual o contexto no qual ela esta inserida, não somente a relação entre o agressor e a vítima. Geralmente o abuso é cometido pelo padrasto, pai, avô ou irmão, ou seja, é dentro do âmbito familiar que a criança e/ou adolescente é violado. Esta é a família incestogênica e sua dinâmica é caracterizada pela:

- ❖ **Manifestação inadequada de afeto** – o afeto é demonstrado de forma erotizada;
- ❖ **Comunicação Empobrecida** – não há diálogo entre os membros do grupo familiar;

- ❖ **Falta de limites Intergeracional** – quando o abuso – pai/filha - a menina passa a ser vista como a esposa, pelo abusador;
- ❖ **Insatisfação conjugal** – há uma disfunção sexual entre o casal;
- ❖ **Negação do abuso** – quando exposta a revelação, às vezes por medo das punições ou em troca de algum bem material a vítima nega o abuso ou se culpabiliza ocorrido.

O Abuso Sexual envolve a área social, psicológica, médica, legal, entre outras e para que haja um trabalho articulado entre os técnicos destas áreas é necessário que os mesmos trabalhem em conjunto, compartilhando o seu conhecimento e buscando entender todos os aspectos inerentes a cada ciência para tentar amenizar as seqüelas deixadas por este tipo de violência. Para que isto ocorra no momento da abordagem à vítima, o profissional deve ter cuidado para que ela não se sinta acuada ou culpada pelo o que aconteceu.

Indicadores para a identificação da violência sexual

Indicadores físicos da criança/adolescente	Comportamento da criança/adolescente	Características da família
Dificuldade de caminhar; Infecções urinárias; Secreções vaginais ou penianas; Baixo controle dos esfínteres; Pode apresentar DSTs; Enfermidades psicossomáticas; Roupas rasgadas ou com manchas e sangue; Dor ou coceira na área genital ou na garganta (amigdalite gonocócica); Dificuldade para urinar ou deglutir; Edema e sangramento da genitália externa, regiões vaginal ou anal; Cérvice, vulva, períneo, pênis ou reto ademaciados ou hiperemiados;	Vergonha excessiva; Autoflagelação; Comportamento sexual inadequado para sua idade; Regressão a estados de desenvolvimento anterior; Tendências suicidas; Fugas constantes de casa; Mostra interesse não usual por assuntos sexuais e usa terminologia inapropriada para a idade; Masturba-se excessivamente; Desenha órgãos genitais além da sua capacidade etária; Alternância de humor – retraída x extrovertida; Resiste a participar de atividade física; relata	Muito possessivo com a criança, negando-lhe contatos sociais normais; Acusa a criança de promiscuidade ou sedução sexual; O agressor pode ter sofrido esse abuso em sua infância; Acredita que a criança tenha vida sexual fora de casa; Crê que o conato sexual é uma forma de amor familiar; Paradoxalmente dominador e fraco; Pode abusar de álcool e drogas; Sugere ou indica discórdia conjugal ou dificuldades de se relacionar com adultos; Indica isolamento social ou a

Intróito vaginal alargado; Sêmem ao redor da boca, dos genitais ou na roupa; Odor vaginal ou corrimento.	avanços sexuais de adultos; Resisti a se desvestir ou a ser desvestida; Resiste em voltar para casa depois da aula; Mostra medo de lugares fechados; Tenta mostrar-se “boazinha”; Ausência escolar, por motivos insubsistentes; Papel de mãe; Conduta muito sexualizada.	condição de família monoparental; Mostra conduta impulsiva e imatura; Tende a culpar os outros por dificuldades da vida; Tenta minimizar a seriedade da situação; Estimula a criança a se envolver em condutas ou atos sexuais.
---	---	---

Fonte: Deslandes, S.F Prevenir a Violência. Um desafio para Educadores. FIOCRUZ/ ENSP/CLAVES – Jorge Careli, rio de Janeiro, 1994.

Conseqüências do abuso sexual

As conseqüências de um abuso sexual são várias e marcantes no desenvolvimento da criança e/ ou adolescente que foi ou é abusada. Fatores como a idade em que ocorreu o abuso, o tempo que o abuso foi realizado, a diferença de idade entre a vítima e o abusador e o grau de parentesco entre eles, devem ser considerados para melhor entendermos o seu comportamento.

Segundo Faleiros (1997):

As crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual possuem: depressão descontrolada, anorexia, dificuldades nos estudos, isolamento social, problemas de concentração, problemas digestivos, fobias, ansiedades, hiperatividade, distúrbios no sono, pesadelos, sensação de estar sujo, entre outros.

As conseqüências da Violência Sexual podem ser:

- ❖ **Física** – pode ocorrer o aparecimento de hematomas, lesões vulvares e clitorianas, lesões anais. A vítima, no caso meninas, podem vir a engravidar quando o abuso ocorre e não é utilizado nenhum método contraceptivo, há o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis e disfunções sexuais.

A utilização da agressão física pode fazer parte da fantasia sexual do abusador como também pode ser o método que ele encontrou para ameaçar e intimidar sua vítima.

❖ **Psicológica** – geralmente a criança e/ou adolescente que é acometido por esse tipo de violência acaba por desenvolver um sentimento de culpa, pois acha que os adultos não vão acreditar em sua inocência. Teme as ameaças do abusador, fica depressiva e sente-se desvalorizada. Sente medo de iniciar uma relação conjugal quando adulta, por medo de ficar intimamente próxima de um homem, isto a faria lembrar toda a situação de abuso vivida no passado. Há a probabilidade das vítimas tornarem-se prostitutas, pois segundo Hermam (1981 apud Azevedo 1989; 39):

A relação entre prostituição e incesto pai-filha está no fato de que o pai, ao abusar sexualmente de sua filha, força-a a pagar com o seu corpo pelo afeto e pelos cuidados que deveriam ter-lhe sido dispensados gratuitamente, a criança aprende que o seu corpo pode ser comercializado.

De acordo com estudos realizados sobre as conseqüências do Abuso Sexual a drogadição, distúrbios na sexualidade, suicídio, problemas de personalidade, fugas do lar e comportamento agressivo pode ocorrer entre as vítimas da violência sexual.

1.5 Como abordar a vítima

Trabalhar com famílias que tem sua dinâmica permeada pela violência doméstica requer muito cuidado e tato, pois as consequências e traumas causados por ela são profundos. Logo o profissional precisa estar bem instrumentalizado para atender a este tipo de demanda. Ao abordar uma vítima o profissional precisa tomar alguns cuidados, pois neste momento está mexendo com sentimentos e relembrando situações que a abalam emocionalmente. Abaixo podemos observar algumas dicas de abordagem em caso de violência doméstica.

CUIDADOS BÁSICOS NO MOMENTO DA ABORDAGEM ²

TER COMO PRESSUPOSTO:

- ❖ A criança/adolescente são sempre vítimas;
- ❖ É preciso deixar claro para criança/adolescente o porque da “conversa” e como ela poderá ser ajudada;
- ❖ O ambiente deve ser propício e não deve permitir interrupções;
- ❖ A linguagem deve ser simples e clara para que a criança/adolescente entenda o que está sendo dito;
- ❖ No momento da abordagem a atenção deve ser dedicada exclusivamente para criança/adolescente;
- ❖ Deve-se demonstrar interesse e ganhar confiança da criança/adolescente, antes de pedir confidências. A princípio deve-se conversar sobre assuntos diversos;
- ❖ Não esquecer que a criança/adolescente precisa ser compreendida e levada a sério;

² CUIDADOS BÁSICOS NO MOMENTO DA ABORDAGEM – dados colhidos em Apostila de capacitação de Conselheiros Tutelares, do ano de 1999.

- ❖ Evitar “piedade e filosofia”;
- ❖ Nunca desconsiderar os sentimentos da criança/adolescente utilizando expressões como, “isso não foi nada”, “vai passar logo”, “não precisa chorar”.

Reações a evitar

- ❖ Frustração e ressentimento devido à falta de controle e despreparo;
- ❖ Excesso de zelo (rodeios);
- ❖ Minimizar a gravidade;
- ❖ Reação desproporcional frente a raiva da vítima (hostilidade em vez de dor, raiva);
- ❖ Permitir que preconceitos e valores pessoais interfiram na abordagem;
- ❖ Indução da vítima ideal;
- ❖ Culpar a criança/adolescente;
- ❖ Demonstração de surpresa, choro, horror, raiva (sinais de censura e desaprovação);
- ❖ Frases de “humor negro”;
- ❖ Evitar reticências psicológicas;
- ❖ Evitar retratação.

Perguntas a evitar

- ❖ As que implicam censura e participação ativa da criança/adolescente;
- ❖ Perguntas diretas, POR QUÊ?

- ❖ Perguntas que obriguem a precisão de tempo (QUANDO?). Associar sempre a festas comemorativas, como: natal, páscoa, aniversários.

Informações importantes a obter

- ❖ Descrição da(s) situação (ões) de vitimização;
- ❖ Como o (a) agressor (a) induzia a submissão da criança/adolescente;
- ❖ Rotina e periodicidade de vitimizações;
- ❖ Presença de material pornográfico;
- ❖ Saber se a criança/adolescente foi fotografada;
- ❖ Uso de álcool/entorpecentes;
- ❖ Outras crianças/adolescentes e adultos envolvidos (conhecidos ou desconhecidos);
- ❖ Presentes recebidos do (a) agressor (a);
- ❖ Criança/adolescente vitimizada também por outras pessoas.

Abordagem adequada

- ❖ Demonstrar sempre muita atenção e compreensão;
- ❖ Focar na emoção, percebendo sentimentos presentes durante a abordagem;
- ❖ Ensinar a criança/adolescente que ela pode e deve dizer não;
- ❖ Contar a alguém;
- ❖ Continuar contando até que alguém acredite e ajude;
- ❖ Lembrar sempre que a culpa não é sua.

1.6 Família forma de expressão da questão social

Segundo Reis, o Grupo Familiar até o início do século XX, era caracterizado como nuclear, composto por pai, mãe e filhos. O homem tinha poder de decisão, trabalhava fora de casa para manter o sustento da família, a mulher era subjugada ao seu marido e ficava em casa cuidando dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, as crianças eram educadas para sentir medo e não respeito pelos seus progenitores.

No decorrer da história, a mulher vem buscando colocar-se como cidadã possuidora de direitos com poder de decisão no convívio social e no Grupo Familiar. Esta luta é um processo longo, que foi sendo construído desde o século XV ao XIX. Na Europa, a mulher começou a mobilizar-se, organizando movimentos para lutar por seus direitos.

Em 1975 foi instituído o Ano Internacional da Mulher, e com isso teve início o processo de entendimento da pessoa humana. Em seu bojo, surgiram iniciativas no sentido de lutar pela garantia dos direitos da Criança e do Jovem, de Portadores de Deficiência, que contribuíram para o avanço do processo de especificação dos Direitos Humanos de Distintos segmentos da população. De fato, esses movimentos internacionais influenciaram em nossa Legislação hoje, na forma de pensar as Políticas Sociais, nas Correntes e Tendências dos Movimentos da Sociedade Civil.

No ano de 1994, surgiu o Ano Internacional da Família, que trouxe efeitos positivos, no que se refere à consolidação dos direitos humanos, isto só ocorreu porque todas as questões relacionadas à pessoa humana (criança, adolescente, mulher, idoso, portador de deficiência) deságuam na família.

Segundo Costa “as conquistas, que mudaram a face da Questão Familiar na Constituição, foram apresentadas pelos movimentos em favor da mulher e a força aglutinadas sob a bandeira da promoção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente”.

No Brasil, ainda persiste a prática de Políticas com caráter clientelistas, curativos e assistencialistas. São realizadas Campanhas para arrecadação de roupas e alimentos com o objetivo de repassar para aqueles que ficam a margem da sociedade.

No inverno, por exemplo, é realizada a “Campanha do Agasalho”. As roupas arrecadadas são destinadas a moradores de rua e às famílias mais empobrecidas da sociedade. Próximo do Dia das Crianças é promovida a “Campanha para doação de brinquedos”, com o seguinte slogan “FAÇA UMA CRIANÇA FELIZ”, e todo brinquedo arrecadado é repassado para as crianças cuja família não tem condições de comprar um brinquedo novo para presentear-las.

A implantação de Políticas Sociais, no sentido de garantir os direitos de cidadão a todos os indivíduos, como esta previsto na Constituição Federal de 1988 e resgatá-los da situação de miserabilidade e abandono em que se encontram são poucas.

Faltam Políticas que incentivem a geração de trabalho e renda, possibilitando assim a entrada no mercado de trabalho da camada da sociedade que fica a margem, sem perspectivas de conseguir inserir-se num mercado tão competitivo como o da atualidade, e de ter acesso a condições mais dignas de saúde, moradia, educação, alimentação e lazer inerentes à pessoa humana.

A Constituição de 1988 preconiza em seu artigo 226 “a família, base da sociedade tem especial proteção do Estado”. E no que se refere aos membros que compõe o Grupo Familiar, no inciso VIII do mesmo artigo, preconiza o seguinte: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. (coletânea de Leis – LOAS, p.87-88).

Na tentativa de consolidar, com resultados mais efetivos, as Políticas Sociais no que se refere à família o Governo Federal, com a regulamentação da Lei da Saúde nº. 8.080/90, da Lei de Participação na Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nº. 8.142/90, da Lei da Assistência Social nº. 8.742/93 e da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente nº. 8.069/90. Realizou a descentralização do poder de decisão execução das referidas Políticas, repassando para os estados e municípios parte da responsabilidade sobre o Bem – Estar dos indivíduos.

Tomemos como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Este prevê em seu artigo 90 e inciso I, a implantação do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, nos municípios que tenham famílias que necessitam deste tipo de Programa. Outro exemplo é o Programa Sentinela que foi lançado em Âmbito Nacional, porém sua implantação ocorre a nível municipal. Logo, há uma parceria entre Governo Federal e Município.

Considerando que no Brasil temos uma diversidade muito grande de hábitos e costumes, e que cada município tem sua peculiaridade, fica a encargo deste implantar os Programas previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente em consonância com as necessidades dos seus munícipes.

1.7 Família e instituição

Quando a família procura ou é encaminhada à uma Instituição, o atendimento oferecido é dicotomizado, ou seja, a família não é atendida em sua totalidade, o atendimento é focalizado na parte considerada o problema.

Em relação a isto Miotto (1977; 123) diz o seguinte, “quanto aos processos de atenção a família nos espaços institucionais é necessário dizer inicialmente que, em sua maioria, estão organizados para trabalhar na perspectiva do usuário – problema”.

E neste sentido Minuchin (1999) argumenta:

Como os serviços são em geral fragmentados e não coordenados, acabam sendo menos eficazes do que poderiam ser; pelo fato de estarem concentrados nas pessoas e nos problemas individuais, não penetram nas possibilidades de cura existentes dentro das famílias e comunidades.

De acordo com as citações, podemos constatar que a família precisa ser trabalhada em sua totalidade, trabalhando com a idéia do indivíduo problema corremos o risco de não conseguirmos um bom resultado no final de nosso trabalho. Nesta perspectiva os estudos apontam para uma reestruturação no atendimento oferecido pelas instituições, onde o grupo familiar seja trabalhado no seu conjunto, considerando que o mesmo tem um papel decisivo na estruturação e desencadeamento das dificuldades dos seus membros.

Fazendo um paralelo com o trabalho desenvolvido no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura de Palhoça, percebemos o quanto o atendimento oferecido às famílias é precário e seletivo, pois apesar de elas estarem inseridas num Programa de Apoio, isto não é garantia de que receberão um atendimento sistemático no sentido de anular as situações de risco geradas no grupo familiar e de prevenir, para que as situações de risco contra criança e/ou adolescentes não ocorram no desenrolar da dinâmica familiar. Pela experiência vivida no Estágio Curricular Obrigatório observamos que são muitos os fatores que impedem a realização deste trabalho. Fatores como, falta de recursos financeiros,

ampliação do quadro de técnicos para atender as famílias e espaço físico adequado para realizar os atendimentos, em consequência disto o trabalho realizado pelo Programa adquire um caráter emergencial, dando prioridade em atender aquelas famílias onde os problemas estão mais latentes.

1 Conhecendo o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – PMP -

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar foi implantado no Município de Palhoça em dezembro de 2001, regulamentado pela Lei Municipal nº. 1191/2001 que foi sancionada pelo prefeito Paulo Roberto Vidal. A implantação do Programa nos municípios está prevista na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto preconiza a defesa e garantia dos direitos das crianças e/ou adolescentes – em seu artigo 90 e inciso I.

Desde os anos de 1980, vem ocorrendo um significativo aumento populacional em decorrência da migração de pessoas do interior do estado de Santa Catarina, do planalto serrano e até mesmo de outros estados do Brasil. Um fator que contribuiu para isso foi a industrialização dos Municípios de São José e de Florianópolis, que ficam próximos de Palhoça.

Com a industrialização ocorreu o chamado êxodo rural³. Em sua maioria essas pessoas são lavradores, sem escolaridade ou formação profissional e acabam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Não estão preparados para atenderem as novas exigências deste mercado, provenientes dos avanços tecnológicos conquistados pelo homem nos últimos séculos.

Considerando que o custo de vida nos grandes centros é muito alto, essas pessoas são obrigadas a se aglomerar nas áreas periféricas do município. Local onde não é oferecida nenhuma infra-estrutura para elas se instalarem com suas famílias, dando início ao processo de formação das favelas.

Segundo dados obtidos na Polícia Civil de Palhoça entre os anos de 1996 a 2001, os delitos (furto, ameaça, lesão corporal, danos e perturbação, consumo de drogas,

³ Êxodo rural – as pessoas desestimuladas com a vida no campo, largam tudo o que tem em busca de uma vida mais confortável nos grandes centros

atos obscenos, violência sexual, entre outros) envolvendo adolescentes tiveram um crescimento exponencial. (folder do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar em anexo A). Então, preocupado com os graves problemas sociais, que de acordo com os dados da Polícia Civil vem se agravando, o município de Palhoça, implantou este.

Tem por finalidade atender famílias de crianças e/ou adolescentes que se encontra em situação de risco social e/ou pessoal, que são encaminhadas via Fórum ou Conselho Tutelar⁴, para que receba atendimento de uma equipe interdisciplinar que irá trabalhar as necessidades e carências da família em sua totalidade, visando proporcionar a família o entendimento de que a criança e/ou adolescente é um ser em desenvolvimento, que precisa ser tratado com respeito como tal.

A partir de 2003 o Programa passou a trabalhar com uma equipe Interdisciplinar, composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo e estagiário de Serviço Social, com o objetivo de ser um agente interventor, visando a efetivação de ações de suporte, prevenção, orientação, encaminhamento e apoio as famílias na perspectiva de fortalecê-las como geradores direta de proteção aos seus membros.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça, atualmente atende uma demanda de 42 famílias/mês, totalizando uma média de 280 pessoas/mês, e trabalhando um quadro de demanda reprimida (famílias em lista de espera), com aproximadamente 30 famílias.

As famílias são inseridas no Programa de Orientação a partir do momento em que a equipe técnica do mesmo faz um Estudo de Caso prévio para avaliar se a problemática enfrentada pelo Grupo Familiar é pertinente ao trabalho desenvolvido pelo Programa.

⁴ Conselho Tutelar – é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do Adolescente, definidos nesta Lei”. Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente

Quando se constata que o problema enfrentado pela família caracteriza-a para atendimento no Programa de Orientação e Apoio Sócio familiar, havendo a perpetração da Violência Doméstica na dinâmica familiar, ocasionando situação de risco para criança e/ou adolescente, a família é inserida no Programa, para que haja um acompanhamento sistemático com seus membros com o objetivo de reverter a situação de conflito posta.

A partir do momento que a família é inserida no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, são realizados todos os procedimentos propostos pelo mesmo, visitas domiciliares, visitas institucionais, acolhimento, entrevistas, atendimentos individualizados no Programa e encaminhamentos, visando trabalhar os conflitos existentes na dinâmica familiar para que eles sejam sanados.

As famílias acompanhadas pelo Programa são desligadas em três situações: a partir do momento em que as situações de risco não mais existem. Quando a família muda de município e quando se nega a aceitar a intervenção dos técnicos, não comparecendo aos atendimentos agendados no Programa. Quando ocorre o desligamento de uma família, é encaminhado um ofício ao seu órgão encaminhador informando o desligamento e o seu motivo.

A documentação do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar é realizada através de relatórios mensais, feitos por sua equipe técnica; e de relatórios mensais feitos individualmente por cada técnico.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar é conduzido por uma equipe interdisciplinar formada por dois técnicos de Serviço Social, um técnico da Psicologia e um técnico da Pedagogia, conta ainda com uma equipe de apoio.

Quanto à localização do espaço físico que o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar utiliza, situa-se na Rua Coronel Bernardino Machado-18- fundos -Palhoça/SC e é um imóvel da prefeitura. O Programa divide este espaço de trabalho com o Projeto/Clarear

Sentinela, sendo que cada um tem uma sala individual para os técnicos do Serviço Social, uma para os atendimentos psicológicos a sala de reuniões, do computador, a cozinha e o banheiro são utilizados em conjunto.

1.1 – O Serviço Social no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

O Serviço Social no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, atualmente conta com duas Assistentes Sociais, com especialização na área de Violência Doméstica, carga horária de 30 horas semanais (06 horas diárias) e uma estagiária de Serviço Social com carga horária de 25 horas semanais (05 horas diárias).

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar atende 42 famílias/mês, sendo que cada Assistente Social atende 21 família.

A metodologia utilizada pelos técnicos do Serviço Social é fundamentada nos seguintes instrumentos técnico-operativos:

- **Acolhimento** – este momento é muito importante, pois é explicado para o usuário o que é o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar qual o tipo de trabalho que é desenvolvido e como as famílias chegam para o acompanhamento.
- **Atendimento** – são realizados no Programa em princípio estes acontecem mediante agendamento prévio, porém se uma família procura por precisar de orientação é realizado

atendimento. Os atendimentos no Programa se fazem necessários para que a família crie vínculo com os técnicos, se comprometendo e envolvendo com os trabalhos desenvolvidos pelos mesmos.

- **Encaminhamentos** - no decorrer dos atendimentos com as famílias ou nas visitas domiciliares é verificado que algum dos seus membros necessita de algum atendimento especializado na área da saúde, educação ou outra área então é feito encaminhamento da mesma, em alguns casos realizamos contato telefônico com a instituição e enviamos um encaminhamento por escrito pelo usuário. Os encaminhamentos mais comuns são: para o Programa de Planejamento Familiar, Programa DST/AIDS, marcação de consultas e/ou exames.

- **Entrevista** – durante os atendimentos com as famílias para obter informações sobre a dinâmica do Grupo Familiar se utiliza o método da entrevista. A entrevista é aplicada para realização do Estudo Sócio Econômico da família, nas visitas domiciliares através de conversas informais e nos atendimentos realizados no Programa.

- **Estudo de Caso** – a realização deste ocorre com dois objetivos, num primeiro momento quando chega o encaminhamento de uma família para o Programa, os técnicos se reúnem e realizam Estudo de Caso prévio para decidirem se a situação da família se caracteriza para atendimento no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

Num segundo momento o Estudo de Caso é realizado para discutir como o contexto familiar se apresenta naquele momento. A partir do Estudo realizado é definida a

intervenção da equipe. É um processo constante e dinâmico, no decorrer do acompanhamento a família.

- **Visita domiciliar** - as visitas domiciliares nos possibilitaram conhecer um pouco mais sobre as famílias, sua dinâmica e o contexto social no qual as mesmas vivem. Considerando que muitas vezes esta é a única forma de manter contato com as famílias, em alguns momentos este instrumento técnico – operativo é utilizado para manter vínculo e repassar horários de atendimentos no Programa e encaminhamentos para as mesmas.
- **Visita Institucional** - estas são realizadas com o intuito de garantir os direitos aos usuários do Programa e acompanhar a desempenho dos mesmos diante do compromisso assumido com a Instituição (Escolas, Centros de Saúde, Hospitais, Fórum).
- **Prestação da Assistência** – em casos de emergência viabilizar a “concessão”, junto a Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social, de cestas básicas, remédios, passes, transportes entre outro.
- **Relatórios Situacionais** – estes relatórios são encaminhados para o Fórum ou Conselho Tutelar, com o objetivo de informar a situação das famílias, sendo que são encaminhados para estes órgãos quando o Programa deseja solicitar a intervenção deles. E nas situações em que o Conselho Tutelar e o Fórum solicitam relatório da família de alguma criança e/ou adolescente acompanhadas pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

- **Documentos diversos** – como ficha evolutiva, formulário para avaliação, formulário para estudo sócio – econômico, solicitação, comunicação, ficha de encaminhamento, declaração, etc.
- **Prontuários** – são arquivados de formas organizadas a documentação das famílias. Cada família tem um prontuário individual.
- **Desligamento** – o desligamento acontece em três situações; quando a família não aceita a intervenção do Programa, muda do município ou quando a equipe técnica avalia que a situação conflituosa que ocasionava situação de risco pessoal e/ou social para criança e/ou adolescente não mais existe.

- **Documentos diversos** – como ficha evolutiva, formulário para avaliação, formulário para estudo sócio – econômico, solicitação, comunicação, ficha de encaminhamento, declaração, etc.
- **Prontuários** – são arquivados de formas organizadas a documentação das famílias. Cada família tem um prontuário individual.
- **Desligamento** – o desligamento acontece em três situações; quando a família não aceita a intervenção do Programa, muda do município ou quando a equipe técnica avalia que a situação conflituosa que ocasionava situação de risco pessoal e/ou social para criança e/ou adolescente não mais existe.

1.1 Características das Famílias Atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – PMP -

Palhoça é um Município que nos últimos anos vem crescendo muito, no ano de 1997 possuía um total de 84.262 habitantes, em 1999 passou para 90.790 habitantes, chegando ao ano de 2000 com um total de 102.800 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística – IBGE - no censo de 2000. Entre eles aproximadamente 42.513 habitantes tinha menos de 19 anos.

O aumento populacional do Município de Palhoça deve-se ao grande número de migrantes vindos do interior do Estado de Santa Catarina e até mesmo de outros Estados do Brasil, que vem em busca de melhores condições de vida. Essas pessoas, em sua maioria não eram qualificadas para se inserirem no mercado de trabalho e acabaram ficando a margem da sociedade, aumentando o índice de exclusão social.

No contexto social em que as famílias do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar estão inseridas, a exclusão social é consequência da condição de pobreza em que vivem sem ter acesso aos bens e serviços que promovam e garantam o exercício de sua cidadania. Com isso, na maioria dos casos, as famílias são impedidas de buscar por cursos que proporcionem sua formação e uma melhor qualificação para o mercado de trabalho. Formação que corresponda às exigências da “nova lógica de mercado”, imposta pela globalização.

Ammann (2003) aponta em seus estudos sobre este questão: “Que na definição da exclusão social pobreza e desigualdade, são fatores que devem ser analisados separadamente, além de contextualizadas na sociedade global” p.126.

A autora complementa dizendo que nos países centrais, a exclusão social se expressa de várias formas e está mais ligado a não – cidadania do que exclusivamente com a pobreza.

impossibilitado de efetuar a inserção imediata da família no Programa para atendimento, a família é cadastrada numa Lista de Espera, caracterizando assim um quadro de Demanda Reprimida.

Mesmo quando a família é cadastrada em lista de Espera, a equipe técnica do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar através da leitura do Relatório Situacional faz um Estudo de Caso prévio para avaliar se a situação do Grupo Familiar se caracteriza para atendimento no Programa, caso não seja constatado situação de risco social e/ou pessoal para criança e ou adolescente devolve-se o caso para o órgão expedidor.

A leitura dos relatórios nos possibilita obtermos informações sobre a dinâmica e a composição do Grupo Familiar a ser atendido no Programa. Pautados nessas informações os técnicos do Programa traçam uma estratégia de ação para realizar o primeiro contato com a família.

O trabalho com famílias abrange um universo de diversidades, segundo Miotto (1977) o Serviço Social trabalha com famílias no plural porque cada uma tem seu jeito peculiar de ser e organizar sua composição familiar.

No Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, além do modelo tradicional de Família ideologizado pela sociedade, o Modelo Nuclear – família composta por pai, mãe e filhos -, trabalha-se também com modelos de Estrutura Familiar, que na concepção de Cancrini, Gregório e Nocerino (1997 apud Margarida Cerqueira 2003; 59-63), são definidas e identificadas da seguinte forma:

❖ **Pai Periférico** – esta Estrutura Familiar é caracterizada pela presença de uma figura parental desocupada ou sub-ocupada, com pouca instrução e modesta competência. Neste modelo de Estrutura Familiar o papel do pai tanto em nível econômico como emocional torna-se secundário. Quase sempre apresenta circunstâncias de vida que o obrigam a longas ausências o que torna a relação com os filhos precárias.

Sposati (1997) coloca: “É importante destacar que a concepção de exclusão é de outro caráter que aquele já abordado sobre pobreza. Enquanto a pobreza traduz, um fenômeno aferido pelas condições de renda, a exclusão social é um processo de outra complexidade”. P.30.

Diante da situação de exclusão a que são submetidas, as famílias que chegam ao Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar não conseguem mais se enxergar no processo de construção da sociedade como cidadãos possuidores de direitos, aceitando as condições em que vivem sem saneamento, água encanada, creches, escolas para as crianças e adolescentes e más condições de moradia.

A falta de acesso aos bens e serviços públicos, pode ocasionar situações de risco à criança e ao adolescente tanto na relação intra-familiar como no âmbito extra familiar, devido à diversidade de problemas a serem enfrentados pelos membros da família. Ao iniciarmos o trabalho com as famílias, a tendência dos pais ou responsáveis é culpabilizar a criança e o adolescente pela situação de conflito existente no Grupo Familiar.

As famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar são encaminhadas pelo Fórum ou Conselho Tutelar, quando é constatado pelos mesmos, que no Grupo Familiar há o uso da Violência Doméstica, caracterizando situação de risco para criança e o adolescente. Junto ao ofício de encaminhamento é anexado, pelo órgão expedidor dos casos, relatório situacional sobre o problema que a família está enfrentando e qual foi o motivo que gerou o conflito familiar.

Quando a busca pela resolução do conflito chega a essas instâncias é porque a dinâmica familiar e o relacionamento entre seus membros já está muito comprometida.

Quando o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar recebe novos casos para realizar acompanhamento, e devido à limitação da estrutura física e material sente-se

- ❖ **Casal Instável** – neste modelo de Estrutura Familiar os casamentos são de breve duração. Normalmente, desta relação fica como único testemunho o filho. Nestes casos, geralmente, constituem-se uma família extensa centralizada na figura da avó – quase sempre a materna.
- ❖ **Mulher Só** – refere-se a Estrutura Familiar constituída por uma mulher de estatuto social e cultural modesto que decide criar sozinha os filhos de vários pares, após várias relações instáveis.
- ❖ **Família Petrificada** – esta Estrutura Familiar emerge na sequência de um trauma dramático e imprevisto, o qual determina uma modificação brusca dos níveis de funcionamento do sistema. Um acontecimento – morte de um membro da família, intervenção “violenta” do tribunal, despedimento de ambos os pais – interfere nos papéis dos diferentes membros petrificando-os.

Neder nos chama atenção sobre o trabalho realizado com as famílias. Segundo a autora, “devemos evitar trabalhar com paradigmas de família regular e irregular, pois a utilização destes pode reforçar o preconceito em relação ao modelo de família que é estigmatizado pela sociedade”. (1994; 26).

Estas novas configurações de Estruturas Familiares são reflexos das transformações ocorridas na sociedade. A liberalização de hábitos e costumes – sexualidade -, desenvolvimento técnico – científico - surge a pílula, o avanço nos meios de comunicação em massa, migração do homem do campo para cidade, inserção da mulher e da criança no mercado de trabalho.

Devido à diversidade de situações vivenciadas dentro do Grupo Familiar, a intervenção do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar acontece em áreas como, saúde, educação, habitação, trabalho, justiça, previdência e assistência social, buscando sempre realizar o trabalho de rede dentre das referidas áreas de atuação.

1.2 Problemáticas Vivenciadas Pelas Famílias Atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Toda família encaminhada pelo Conselho Tutelar e pelo Fórum ao Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, tem sua dinâmica familiar permeada por alguma situação de conflito, os fatores que ocasionam esta situação são variados e podem estar relacionados a fatores sócio – econômicos e culturais.

A Estrutura Familiar e a realidade social em que as famílias vivem muitas vezes dificultam que a superação do conflito aconteça. Algumas das problemáticas enfrentadas são:

Dependência Química

A dependência química é um distúrbio crônico e recorrente, e essa recorrência é tão contundente, que raramente ocorre abstinência. Portanto, a adicção deve ser abordada mais como uma doença crônica, como se fosse diabetes ou hipertensão arterial.

A dependência química não deve ser entendida somente como uma causa ou uma consequência e, muito menos, como algo redutível a um fator específico. Suas possíveis causas e consequências estão referidas a uma articulação dinâmica entre as esferas biológica, psíquica e social. Assim, o ato de consumo de drogas de um indivíduo deve ser compreendido a partir de sua situação econômica, política e social. (fonte site IMESC/ INFOdrogas 1999-2003).

As famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar têm uma situação econômica instável ao ponto de não conseguirem manter o sustento dos membros do seu Grupo Familiar. Moram em sua maioria na periferia do Município de Palhoça sem perspectivas de conseguirem melhorar sua situação econômica e social.

De acordo com os estudos sobre esta temática, a condição social, econômica e psíquica influenciam na decisão do indivíduo em fazer uso de substâncias entorpecentes. Porém o uso dessas substâncias traz consequências para seu usuário, uma delas é a Dependência Química.

No que diz respeito às famílias atendidas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, a Dependência Química reflete na dinâmica do Grupo Familiar, quando um – ou mais – membro da família faz uso de algum tipo de substância química, álcool, maconha, cocaína entre outras. Há casos que o usuário faz uso cruzado dessas drogas, ingestão de bebida alcoólica juntamente com uso de cocaína ou crack.

Nesses casos o dinheiro que deveria ser utilizado para prover o bem estar do Grupo Familiar é utilizado na compra de drogas, ocasionando algumas situações de conflito na dinâmica familiar, que podem por em risco o bem – estar dos seus membros, principalmente as crianças e os adolescentes. Quando não consome a droga o dependente pode tornar-se uma pessoa agressiva, sobretudo quando está sob efeito da mesma.

A manifestação dessa agressividade reflete no convívio entre os membros do Grupo Familiar, surgem discussões não havendo espaço para o diálogo, fator que pode ocasionar situação de risco para criança e ao adolescente.

Neste caso a intervenção do Programa é realizada no sentido de buscar, no trabalho de rede, vagas em clínicas para desintoxicação para o membro do Grupo familiar que apresenta o quadro de dependência química. Procuramos realizar esta intervenção sempre com o consentimento do usuário, porém quando o mesmo se nega a fazer o tratamento, e a sua presença no Grupo Familiar ocasiona situação de risco para criança e ao adolescente, com o apoio do companheiro ou companheira do usuário – depende do caso - entramos com um pedido de internação para desintoxicação via determinação judicial.

Violência Física

No caso da Violência Física o diálogo entre os membros do Grupo Familiar, dá lugar a uma relação de confronto entre seus membros, onde o adulto trata a criança e/ou adolescente como mini - adulto. Exigindo que ele tenha um discernimento sobre a vida como o adulto, não respeitando a opinião dele, porque o considera infantil. Sendo instalado assim na dinâmica do Grupo Familiar o confronto entre gerações. Os pais não respeitam a opinião dos filhos e estes não aceitam os conselhos dos pais.

Esse tipo de conflito como conseqüências fugas freqüentes do lar por parte da criança e do adolescente, podendo culminar com o abrigamento dos mesmos, como medida de proteção. Segundo o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos:

Art.98 – as medidas de proteção a criança e ao adolescente, são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

II. – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

Art. 101 – verificada qualquer das hipóteses previstas no artigo 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a seguinte medida:

VII. – abrigo em entidade.

Negligência

Caracteriza-se negligência quando os pais ou adultos responsáveis não cumprem com seu dever de cuidar e proteger suas crianças e adolescentes. Faltando com o seu compromisso de promover o Bem – Estar da criança e do adolescente, deixando-os viver em condições de higiene precárias, sem limites de horário e muitas vezes sozinhos em casa.

Mães com Problemas ou Transtornos Mentais –

Os Transtornos Mentais e de Comportamento são uma série de distúrbios definidos pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Correlatos de Saúde (CID-10). Embora os sintomas variem consideravelmente, tais transtornos geralmente se caracterizam por uma combinação de idéias, emoções, comportamentos e relacionamentos anormais com outras pessoas. (fonte Relatório Sobre a Saúde no Mundo, 2001).

Nas famílias acompanhadas pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, geralmente são as mulheres que apresentam o quadro de transtornos mentais, porém as mesmas são o ponto de referência para todos os membros do Grupo familiar.

Em decorrência dos problemas de saúde da mãe – Transtorno Mental - é ocasionada uma situação instável no Grupo Familiar. Nesses casos a criança e o adolescente precisam de um suporte, pois a situação de risco se agrava quando a mãe entra em “surto”.

Nesses casos buscamos realizar um trabalho em conjunto com o Centro de Atendimento Psiquiátrico – CAP's – do município de Palhoça, e quando necessário viabilizamos internação para tratamento em clínicas.

1.3 Relato do Caso de Uma Família Acompanhada no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

A equipe técnica do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça tem como objetivo realizar junto às famílias um trabalho no sentido de promover o bem estar e o fortalecimento de vínculos entre os membros do Grupo Familiar.

Neste trabalho da acadêmica de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina está sendo apresentado o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça, local onde foi realizado o estágio curricular obrigatório. O trabalho mostra que a demanda atendida pelo Programa são famílias de crianças e/ou adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social, ocasionada pela perpetração da Violência Doméstica – violência física, violência psicológica e negligência, no Grupo familiar.

Apresenta também as estratégias de ação, os instrumentos técnico-operativos utilizados nos procedimentos realizados pela equipe técnica do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, que em seu fazer profissional busca sempre trabalhar com a interdisciplinaridade.

Com o objetivo de ilustrar concretamente como os técnicos do Programa desenvolvem na prática o seu trabalho, será apresentado o relato de um caso acompanhado pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e que a acadêmica acompanhou sistematicamente durante seu estágio obrigatório.

Será relatada a história de uma menina que atualmente se encontra abrigada na Casa Lar Feminina de Palhoça e o pai biológico que tem um processo de Perda do Poder Familiar tramitando no Fórum de Palhoça.

O objetivo dos técnicos do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar é realizar um trabalho para que haja o resgate de vínculo entre a menina e seu pai.

Por se tratar de uma criança os nomes das pessoas relacionadas ao caso, serão fictícios, os endereços das residências omitidos para garantir que a identidade da mesma seja preservada, este procedimento está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente que determina o seguinte em seu artigo 17: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome : Tatiana Ferreira Silva - 07 anos.
 Mãe : Melissa Ferreira
 Pai : Mário Silva – 24 anos
 Avós : Paternos e Guardiões
 José Silva - 70 anos e
 Ondina Maria Silva – 69 anos

OBS.: Mário constituiu família com Lílian Gonçalves – 19 anos – e o casal tem três filhos Roberto 03 anos, Clara 02 anos e Beatriz 06 meses.

Melissa desde a data que deixou Tatiana na casa dos avós paternos (quando a menina tinha 02 anos), não se teve mais notícias de onde ela poderia ser encontrada.

A família de Tatiana foi inserida no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar em 21/07/2003, encaminhada pelo Fórum de Palhoça para acompanhamento no Programa devido à situação conflituosa vivenciada pelo grupo familiar. No início do trabalho com a família, o grupo familiar era composto pelos avós paternos e guardiões de Tatiana, Sr. José Silva, 70 anos, aposentado, não alfabetizado e Sr^a. Ondina Maria da Silva, 69 anos,

aposentada, não alfabetizada e Tatiana Ferreira Silva, neta do casal, 06 anos, estudante da pré-escola.

Enquanto morava com os avós o referencial de família que Tatiana tinha era o modelo da Família Nuclear, composto por pai, mãe e filhos. Sr. José e Sr.^a Ondina eram casados a mais de 30 anos, tinham muitos filhos e netos. Tatiana vivia com os avós desde os 02 anos de idade, no seu entendimento sua família eram os seus avós tanto que a menina encontrou dificuldades em conviver com a família de seu pai.

Na casa dos avós Tatiana era a única criança, tinha dois adultos para lhe darem atenção, na residência de seu pai haviam duas crianças mais novas que requeriam mais atenção e cuidados, além de serem filhos de Mário com Lílían sua atual companheira.

Os avós paternos passaram a ter a guarda da criança em 26/03/03, devido ao fato de Tatiana ter sido abrigada na Casa Lar Feminina de Palhoça, por um período de dois meses e meio, por causa de agressão física sofrida pelo pai (Mário) e pela madrasta (Lílían), quando residia com os mesmos. De acordo com Deslandes (1994) “a agressão física pode causar danos físicos a criança e ao adolescente, podendo deixar seqüelas com conseqüências leves ou extremas como a morte”. Com o abrigamento de Tatiana o pai, perdeu a guarda da filha e esta aguardando julgamento, corre o risco de ter a Perda do Poder familiar determinada judicialmente, em relação à Tatiana.

O Programa iniciou o acompanhamento a família, composta por Tatiana e pelos avós paternos/ guardiões da menina em julho de 2003. Desde esta data foram agendados atendimentos no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar para o casal de avós e sua neta, porém os mesmos compareceram apenas aos primeiros atendimentos psicossociais agendados no Programa.

O casal recusava-se a comparecer aos atendimentos agendados no Programa, argumentando que estavam muito velhos - Sr. José 70 anos e Sr.^a Ondina 69 anos - e que

moravam longe, do local onde eram realizados os atendimentos, reclamavam do transporte, porém por causa da idade (acima de 65 anos) o casal não pagava passagem e para Tatiana o Programa forneceria passe os mesmos não teriam gastos com a locomoção.

Mesmo assim os avós da menina não se dispuseram a comparecer aos atendimentos no Programa. Diante desta recusa passou-se então a fazer o acompanhamento da família através de visitas domiciliares sistemáticas.

No dia 12/02/04, no período vespertino realizamos visita domiciliar, na residência dos avós paternos e guardiões de Tatiana, com o objetivo de verificarmos como estava o convívio entre o casal e a menina. Pretendíamos também obtermos algumas informações sobre a concepção de Tatiana e sua trajetória de vida até ela passar a residir com os avós.

Estavam em casa a menina e os avós. Mostraram-se muito receptivos, enquanto Tatiana brincava em seu quarto com seus brinquedos os avós nos relataram a trajetória de vida da menina. Segundo eles Tatiana nasceu de um relacionamento instável que seu pai (Mário, 24 anos, filho caçula do casal), teve com sua mãe Melissa. O casal, de pais, por descuido ou falta de informação sobre métodos contraceptivos acabou não tendo os cuidados necessários para evitar uma gravidez não planejada. Mário só teve conhecimento da existência da criança um mês depois do nascimento da mesma.

Quando Mário conheceu Melissa, ele e seus pais moravam na comunidade Chico Mendes, no bairro Monte Cristo, na Grande Florianópolis.

Segundo o casal de avós, em uma noite Melissa apareceu na casa deles com um recém nascido nos braços dizendo que era filho de Mário, mas não aceitaria que ele registrasse o bebê, pediu apenas para dormir na casa deles naquela noite.

No dia seguinte o casal chamou Mário para conversar e cobrar uma atitude dele – Sr. José e Sr^a. Ondina eram evangélicos com valores religiosos sólidos – explicaram a situação para o filho e disseram que ele não poderia abandonar a criança, teria que assumi-la.

Mário argumentou que havia ficado com Melissa somente uma vez e tinha dúvidas quanto a sua paternidade. Melissa foi embora com Tatiana e algum tempo depois o casal de avós ficou sabendo que a mesma havia se casado, “permitindo” assim que Tatiana tivesse a oportunidade de conviver dentro de um grupo familiar, pois estava vivendo maritalmente com um homem.

Deste novo relacionamento Melissa teve um bebê, com seu companheiro, quando Tatiana tinha dois anos de idade, a menina foi abrigada numa Casa de Passagem em Florianópolis e o motivo do abrigamento foi o fato do companheiro de Melissa ter agredido Tatiana fisicamente.

Alguns dias depois do abrigamento de Tatiana, Melissa fugiu da Casa de Passagem de Florianópolis com Tatiana deixando na Instituição o bebê de meses, que era fruto de seu relacionamento com o agressor da menina. Foi procurar pelos pais de Mário, com o objetivo de deixar Tatiana com eles.

De acordo com o relato dos avós, a menina estava residindo com eles desde a data da fuga da Casa de Passagem de Florianópolis. Melissa sumiu e o casal mudou-se para o Município de Palhoça. Não tiveram mais contato com a mãe de Tatiana.

Em dezembro de 2002, os avós de Tatiana precisaram viajar para Lages, para visitar um filho que estava doente, e segundo eles não tinham condições financeiras de levar Tatiana, a menina já estava com 06 anos de idade e pagava passagem. O registro de seu nascimento ainda não havia sido realizado e os avós não poderiam viajar com a menina sem que a mesma tivesse este documento.

Deixaram Tatiana na casa do pai (Mário), que também estava residindo no Município de Palhoça e já havia constituído família com Lílian, 19 anos. Tinha dois filhos com ela, Roberto 01 ano e meio e Clara 06 meses. O grupo familiar de Mário caracteriza-se

como família recomposta, considerando que o mesmo já havia mantido um relacionamento com a Melissa mãe de Tatiana, que não deu certo.

Questionamos a avó de Tatiana, qual o motivo do abrigamento da menina em janeiro de 2003, a mesma relatou que segundo Mário – pai de Tatiana –, ele deu dois “tapas” na filha, os vizinhos que não gostavam dele o denunciaram para o Conselho Tutelar, que como Medida de Proteção abrigou a menina na Casa Lar Feminina de Palhoça, cumprido o que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 101: verificada qualquer das hipóteses prevista no artigo 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras a seguinte medida;

VII – abrigo em entidade.

Quando os avós de Tatiana voltaram de viagem em janeiro de 2003, ficaram sabendo do abrigamento da menina. Se mobilizaram para retirar Tatiana da Casa Lar Feminina de Palhoça, porém a menina não havia sido registrada até a data do seu abrigamento, em janeiro de 2003.

Cumprindo o que esta preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 102 que dispõe o seguinte sobre as Medidas de Proteção: as Medidas de Proteção que trata este capítulo serão acompanhadas da regularização do registro civil.

§ 1ª verificada a inexistência de registro anterior, o assento de nascimento da criança ou adolescente será feito à vista dos elementos disponíveis, mediante requisição da autoridade judiciária.

§ 2º os registros e certidões necessárias à regularização que trata este artigo são isentos de multas, custas e emolumentos gozando de absoluta prioridade.

O Conselho Tutelar orientou os avós de Tatiana, a providenciarem o registro da menina para que eles pudessem retirá-la da Casa Lar Feminina de Palhoça. O casal de avós diante do juiz teve que assinar um termo de responsabilidade sobre a menina, passando assim a serem guardiões legais de Tatiana.

Mário ficou respondendo um processo no Fórum e poderia ter a Perda do Poder Familiar determinada pelo juiz, em decorrência do abrigamento de Tatiana ter sido ocasionado por agressão física contra a menina, perpetrada por ele e por sua companheira Lillian.

Os avós e guardiões de Tatiana relataram toda história com muita tranquilidade demonstrando imparcialidade, sem se deixarem envolver emocionalmente. Apresentaram dificuldades em precisar datas. A conversa aconteceu de forma espontânea, e eles pareciam bem à vontade durante nossa permanência em sua residência.

Quando acabaram de nos relatar a situação de Tatiana, nos colocaram que não poderiam mais ficar com a menina, alegando que estavam velhos (Sr. José com 70 anos e Sr^a. Ondina 69anos) e sem condições físicas para cuidar de uma criança de 06 anos de idade, o casal reclamou da menina dizendo que ela é desobediente e “fofoqueira”.

Argumentamos com os avós de Tatiana que a desobediência nesta fase de descobertas faz parte do processo de formação da criança. Explicamos que Tatiana está formando sua personalidade e tem vontade própria. Colocamos que neste momento a menina precisa de alguém para responder seus questionamentos e lhe explicar como são as relações no mundo em sua volta.

O conflito de gerações na dinâmica familiar entre Tatiana e os avós era muito presente, a menina acabava sofrendo as consequências desta relação conflituosa, pois os avós não conseguiam enxergá-la como um ser em desenvolvimento ou como alguém que tinha laços consangüíneos com eles, passando-nos a idéia de que a menina era um peso na vida deles.

O casal de avós afirmara a todo momento que o lugar de Tatiana era ao lado de seu pai. Diante da postura dos avós de se recusarem a cuidar da menina, propusemos para os mesmos, fazermos uma reunião no Fórum de Palhoça, com o objetivo de estudarmos de que

maneira poderíamos intervir naquele momento, buscando proporcionar o Bem – Estar de Tatiana, eles prontamente aceitaram.

Colocamos para os avós que Mário teria que estar presente, na reunião, com sua companheira Lilian, então o casal se responsabilizou em avisar para o pai de Tatiana, sobre a data e horário da reunião. Despedimos-nos e ficamos de dar um retorno confirmando a reunião.

Analisando o relato dos avós, ficamos intrigados com a questão do abrigamento da menina quando ela esteve residindo com seu pai, então passamos no Conselho Tutelar para averiguarmos o caso. Conseguimos informalmente uma cópia do relatório situacional sobre o abrigamento de Tatiana.

Durante a leitura do relatório sobre o abrigamento de Tatiana em janeiro de 2003, a equipe técnica do Programa constatou que o motivo do abrigamento foi a agressão física perpetrada pelo pai e pela madrasta, contra a menina.

Fizemos contato com a Assistente Social do Fórum de Palhoça e acertamos a reunião para o dia 17/02/04 – terça-feira – às 17:00h. Fizemos contato com os avós de Tatiana para repassarmos a data e o horário da reunião no Fórum e eles se encarregaram de avisar Mário, para que ele comparecesse com Lilian.

Com base nas informações contidas no relatório do Conselho Tutelar, sobre o abrigamento de Tatiana, percebemos que naquele momento o juiz não aceitaria que a menina voltasse ao convívio familiar na residência de seu pai, que agredia a menina pondo em risco sua integridade física.

Como alternativa, para que os avós aceitassem continuar cuidando de Tatiana, buscamos através do trabalho de rede conseguir uma vaga para menina no Programa de Jornada Ampliada⁴, que é executado no Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara, o qual a

⁴ Jornada Ampliada – Programa que oferece aulas de reforço, lazer e alimentação para as crianças no horário oposto ao horário de aula.

menina freqüentaria no período da tarde e considerando que a mesma estudava no período da manhã na Escola de Ensino Fundamental do bairro em que os avós residiam, ela ficaria o dia inteiro fora de casa.

Argumentaríamos com os avós que Tatiana ficaria fora o dia inteiro, ficando em casa somente à noite e aos finais de semana. Assim a menina teria a possibilidade de se relacionar com outras crianças de sua faixa etária, “gastaria” sua energia nas atividades desenvolvidas no Programa Jornada Ampliada e chegaria em casa mais tranqüila.

Como ficou agendado no dia 12/02/04 – em visita domiciliar –, nos reunimos no dia 17/02/04, às 17:00h no Fórum de Palhoça para conversarmos sobre Tatiana. Estavam presentes na reunião Assistente Social do Fórum, a Assistente Social e a estagiária de Serviço Social do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, Sr. José e Srª. Ondina – avós paternos e guardiões de Tatiana –, Mário – pai de Tatiana – e Lílían - madrastra da menina.

Tatiana ficou numa sala ao lado desenhando, não faria bem para menina estar presente na reunião, seriam abordadas situações referentes ao seu abrigo na Casa Lar Feminina de Palhoça, e os motivos que ocasionaram o mesmo. Presenciando esta conversa Tatiana estaria sendo revitimizada por que lembraria de todo sofrimento vivido na ocasião do abrigo em janeiro de 2003 e presenciaria toda rejeição que os avós sentiam por ela.

Seus irmãos Roberto de 02 anos de idade e Clara de 01 ano de idade ficaram junto conosco na reunião, na idade deles não entenderiam nossa conversa.

Iniciamos a reunião falando que o objetivo desta, era buscarmos uma forma de intervir na situação de Tatiana visando promover o seu Bem – Estar. Decidimos quais os encaminhamentos mais adequados para solucionar o caso de Tatiana.

Colocamos para todos os presentes as circunstâncias em que ocorreu o abrigo da menina, que Mario havia agredido a filha fisicamente - dando-lhe um murro na face segundo informações obtidas no relatório sobre o abrigo de Tatiana, fornecido

pelo Conselho Tutelar -, Mário e Lillian retrucaram dizendo que não era verdade que Mário havia dado apenas dois “tapas” em sua filha.

Voltamos a argumentar com os avós de Tatiana sobre a possibilidade dos mesmos continuarem com a guarda da menina, reforçamos com eles que Mário não poderia ficar com sua filha naquele momento, devido à agressão impetrada por ele e sua companheira Lillian contra Tatiana.

Insistimos com os avós de Tatiana para que eles continuassem com a menina, colocando que estávamos viabilizando uma vaga para ela no Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara, no Programa Jornada Ampliada. A menina ficaria fora de casa o dia inteiro, saindo de casa pela manhã e voltando somente no final da tarde, assim Tatiana ficaria em casa somente à noite e nos finais de semana. Argumentamos que a menina teria a oportunidade de se relacionar com outras crianças de sua idade e aprender a conviver em outros grupos, fora do âmbito familiar.

Os avós estavam inflexíveis, argumentavam a todo momento que já estavam velhos e não tinham mais idade e nem saúde para cuidar de uma criança de 06 anos, taxando Tatiana de desobediente e teimosa.

A diferença de idade entre Tatiana e os avós era muito grande, os hábitos e costumes assimilados por eles durante sua infância são muito diferentes dos hábitos e costumes que constituem a sociedade hoje.

Perante a atitude dos avós de não quererem ficar com Tatiana, e o pai ter demonstrado interesse em ficar com a menina, acordamos em enviar um relatório situacional para o juiz explicando toda situação. Neste relatório faríamos algumas sugestões para tentarmos uma reaproximação entre Tatiana e a família de seu pai.

No relatório seria proposto que Tatiana fosse abrigada em caráter temporário na Casa Lar Feminina de Palhoça, que os avós deixassem de ser os guardiões legais da menina e

fossem desligados do Programa. Que a família de Mário fosse inserida no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, para podermos realizar o trabalho de reaproximação com a menina e a família de seu pai, e por fim que Mário pudesse visitar a filha nos finais de semana na Casa Lar Feminina de Palhoça com o objetivo de estabelecer vínculo com a filha.

Quando residia com os avós Tatiana já havia se adaptado a uma rotina de vida diferente da rotina vivida na família de seu pai. Na residência dos avós Tatiana era a única criança entre dois adultos, toda atenção era dispendida para ela.

Na família de Mário tinham duas crianças menores que Tatiana, necessitavam de mais atenção, por causa das idades (02 anos e 01 ano de idade). Eram filhos de Mário com sua companheira Lillian. Tatiana representava para eles a lembrança de um passado que Mário gostaria de esquecer.

A chegada de Tatiana na família de Mário causaria transtornos no desenrolar de dinâmica familiar entre seus membros, Tatiana seria “uma estranha no ninho”, a menina tinha um ritmo de vida diferente do encontrado na casa do pai. As dificuldades no relacionamento entre Tatiana e a família de seu pai seriam inevitáveis, num primeiro momento, seria necessário um período de “adaptação” entre eles para que os mesmos pudessem se conhecer aos poucos e estabelecer laços de afetividade.

Todos os presentes na reunião concordaram com o que foi proposto, e Mário comprometeu-se em visitar a filha na Casa Lar caso o juiz desse parecer favorável ao abrigo dela, porém argumentou que comparecer aos atendimentos no Programa seria difícil por causa do seu trabalho, pois tem mais dois filhos para sustentar e sua companheira está grávida.

Argumentamos com Mário que ele teria que comparecer aos atendimentos agendados no Programa pelo menos duas vezes por mês, e nós organizaríamos os atendimentos de uma forma que não o prejudicasse em seu trabalho.

Encerramos a reunião solicitando aos avós de Tatiana que não comentassem nada com a menina até que saísse a decisão do juiz, com o objetivo de evitarmos maiores sofrimentos para menina. Tatiana era violentada psicologicamente por seus avós, que verbalizavam a todo momento em sua presença que não queriam ficar com ela.

Em 19/02/04, realizamos visita institucional, no Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara, com o objetivo de conseguirmos uma vaga para Tatiana no Programa Jornada Ampliada. Conversamos com uma das técnicas que é responsável pelo Programa, explicamos a situação de Tatiana, perguntamos sobre a possibilidade da menina poder freqüentar o Programa Jornada Ampliada.

A técnica nos disse que Tatiana se enquadrava no perfil da clientela atendida pelo Programa Jornada Ampliada, explicou que as crianças da Casa Lar não podem participar do referido Programa, mas devido à particularidade do caso, o abrigamento fazer parte de uma estratégia de aproximação entre a menina e a família de seu pai a vaga foi concedida.

Efetuamos a matrícula de Tatiana na Jornada Ampliada no período da tarde, e enquanto a menina estivesse morando com os avós, continuaria estudando na escola do bairro em que seus avós residiam no período matutino.

Enviamos relatório para Justiça, referente a situação de Tatiana, com as sugestões acordadas em reunião – 17/02/04 - que se realizou no Fórum, com o objetivo de procurar a melhor forma de solucionar o caso de Tatiana.

No dia 26/02/04 realizamos visita domiciliar, na residência dos avós e guardiões de Tatiana, com o objetivo de informar que conseguimos vaga para menina no Programa de Jornada Ampliada, no Centro Piloto, falamos também que já havíamos encaminhado relatório para justiça solicitando o abrigamento de Tatiana, mas enquanto não saísse a sentença a menina continuaria morando com eles.

Sr.^a Ondina, avó de Tatiana pareceu ficar balançada quando dissemos que conseguimos vaga para menina no Programa Jornada Ampliada, demonstrando que ficaria com Tatiana, mas seu esposo Sr. José estava irredutível, não aceitando sob hipótese alguma a possibilidade de continuar com a neta.

Combinamos que na quinta feira (04/03/04), levaríamos Sr. José e a Sr.^a Ondina juntamente com Tatiana para que eles conhecessem o local onde a menina ficaria no período da tarde.

Como havia sido combinado na visita anterior, no dia 04/03/04, fomos buscar Tatiana e seus avós para conhecer o Centro Piloto, local onde a menina iria ficar quando saísse da aula, o avô não quis nos acompanhar, foram somente a avó e a neta. Tatiana demonstrou ter gostado do local, estava retraída e pouco falante.

Do dia que foi enviado o relatório para o Fórum, solicitando o abrigamento da menina até a determinação do mesmo, passou-se um mês. Neste espaço de tempo realizava-se visitas domiciliares sistemáticas à casa dos avós e guardiões de Tatiana, na tentativa de amenizarmos um pouco a violência psicológica que a menina sofria, pois seus avós verbalizavam a todo o momento, na presença da menina, que não queriam ficar com ela, não demonstravam nenhum laço de afetividade com Tatiana.

Sempre orientávamos os avós a não terem esse tipo de atitude na frente da menina, que não era bom para ela ouvir esse tipo de comentário, pedíamos para que não comentassem nada com ela sobre o abrigamento com o objetivo de amenizar seu sofrimento, até que saísse a decisão do juiz.

Durante o período de espera pela determinação judicial, os contatos com o Serviço Social do Fórum para sabermos se havia saído alguma sentença foram quase que diários.

A falta de “sensibilidade” por parte dos avós, que demonstravam a todo momento sentirem-se irritados com o fato de serem os responsáveis legais de Tatiana, tornou o período de espera pela decisão judicial muito angustiante.

A violência psicológica sofrida por Tatiana era muito grande. E como há muita morosidade nos processos da justiça a determinação pelo abrigamento da menina demorou um mês.

No dia 22/03/04, Assistente Social do Fórum informou que o abrigamento de Tatiana havia sido determinado, era só esperar que os procedimentos burocráticos fossem realizados, para enviar um ofício ao Conselho Tutelar determinando o Abrigamento da menina. Solicitamos a Assistente Social do Fórum que nos desse um tempo para prepararmos Tatiana, a mesma concordou.

No dia 23/03/04, a Assistente Social do Fórum, ligou para informar que a documentação para o abrigamento de Tatiana já estava pronta, que os avós paternos não eram mais os responsáveis legais pela menina. Que a família do pai da mesma deveria ser inserida no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e que Mário (o pai) poderia visitar a menina na Casa Lar aos finais de semana, os horários poderiam ser combinados entre o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e a Coordenação das Casas Lares.

No estudo de Caso deste dia traçamos uma estratégia de ação para o dia 25/03/04, acordamos que quinta no primeiro horário da tarde nós iríamos ao Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara pegar Tatiana, para que a menina recebesse atendimento psicológico no Programa de Orientação e Apoio Sócio familiar.

Neste atendimento a psicóloga trabalharia com Tatiana no sentido de prepará-la para nova etapa que iria começar em sua vida. A saída do convívio com os seus avós, que deixariam de ser os seus responsáveis legais, para morar numa casa onde existiam outras

crianças com histórias de vida tão sofridas quanto a sua. Depois do atendimento levaríamos Tatiana de volta para o Centro Piloto.

Numa segunda etapa da estratégia realizaríamos visita domiciliar, na residência dos avós de Tatiana para informarmos sobre a decisão do juiz.

Em 25/03/04 como ficou combinado em Estudo de Caso no dia 23/03/04, fomos ao Centro Piloto pegar Tatiana para atendimento psicológico no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, enquanto a menina estava em atendimento, fomos ao Fórum conversar com a Assistente Social, para obtermos mais informações sobre o abrigamento de Tatiana, como quem iria abrigar a menina e quando.

Nosso objetivo em obter esses dados era para conversar com a Assistente Social do Fórum, sobre a possibilidade de adiarmos o abrigamento de Tatiana para semana seguinte, depois que a menina tivesse sido atendida pela psicóloga do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar. A psicóloga tentaria preparar a menina para sua saída da casa dos seus avós e para a moradia temporariamente numa casa onde tinham outras crianças que foram retiradas do convívio com suas respectivas famílias, porque sofreram algum tipo de Violência Doméstica, a Assistente Social concordou.

Explicamos à Assistente Social do Fórum nossa preocupação sobre a forma como aconteceria o abrigamento, esta nos falou que o Conselho Tutelar é que o faria, então combinamos que a referida Assistente Social combinaria com a conselheira de abrigar a menina na segunda ou terça-feira da semana seguinte depois que a mesma chegasse do Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara.

Realizamos visita domiciliar na residência dos avós paternos de Tatiana e falamos para o casal qual foi a decisão do juiz, explicamos que eles não eram mais os guardiões de Tatiana, uma vez que a guarda havia sido revogada, pedimos para que eles não contassem nada para menina, pois aquele era um momento muito delicado para Tatiana.

Era um momento de mudança na vida da menina, ela estar saindo do convívio de pessoas que eram o seu referencial de família, para conviver com outras que ela nunca viu e que tinham hábitos e costumes diferentes daqueles que foram repassados por seus avós.

Os avós se comprometeram em não dizer nada, e esperar pelo próximo atendimento psicológico da menina que seria no dia 29/03/04 – segunda feira – que a psicóloga explicaria a situação para ela.

Nosso objetivo com esses dois atendimentos psicológicos com Tatiana era o de tentar amenizar para menina a dor da separação com seus avós e criar vínculos com a mesma, para que ela sentisse que poderia contar com o Programa, que ela não estava sozinha.

Considerando toda trajetória de vida da menina podemos observar muito sofrimento permeado por rejeições por parte da mãe biológica, do pai e dos avós.

Tatiana foi abrigada no dia 30/03/04. Segundo relato da Assistente Social do Fórum, que estava presente no momento do abrigamento, tudo aconteceu tranquilamente, a menina foi embora sem chorar ou pedir para ficar com os avós. O casal também estava tranquilo, a menina que teve a iniciativa de pedir a benção para os avós e saiu com a conselheira.

Como Tatiana foi abrigada na Casa Lar Feminina de Palhoça, os avós paternos perderam a guarda da menina e foram desligados do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, e como ficou acordado na reunião do dia 17/02/04, no Fórum, a família de Mário (pai de Tatiana) foi inserida no Programa, para que pudéssemos iniciar o trabalho de reaproximação entre a menina e a família de seu pai.

No dia 01/04/04, realizamos visita domiciliar, na residência de Mário pai de Tatiana, o local onde Mário mora com sua família situa-se na zona periférica do município de Palhoça e a violência naquela área é muito presente, uma das razões é que há um alto índice de jovens envolvidos com o tráfico de drogas naquela região.

O endereço que tínhamos da residência de Mário era difícil de encontrar. Por ser um local de ocupação, não houve um planejamento de como as casas seriam construídas, para que as ruas fossem organizadas e as pessoas que lá residem tivessem condições dignas para viver. É comum naquele bairro encontrarmos ruas sem saída e em alguns casos as pessoas moram em becos⁵

A Assistente Social do Fórum nos acompanhou nessa primeira visita, ela já havia feito uma visita anteriormente, quando Tatiana foi abrigada pela primeira vez na Casa Lar Feminina de Palhoça, para realizar o estudo social da família de Mário, em decorrência do processo de Suspensão do Poder Familiar do Poder Familiar que tem contra Mário na justiça.

O objetivo de nossa visita era comunicar Mário que Tatiana já havia sido abrigada e sua família seria inserida no Programa, que seus pais não eram mais os responsáveis legais pela menina. Estavam em casa somente Lilian, companheira de Mário (que estava grávida de aproximadamente 07 meses) e os dois filhos Roberto, 03 anos, e Clara 02 anos de idade. Segundo Lilian seu companheiro estava trabalhando.

Perguntamos a Lilian se estava tudo bem com sua gravidez a mesma disse que sim, nos relatou que estava grávida pela quarta vez e este é seu terceiro filho, um ela perdeu. Questionamos se estava fazendo acompanhamento pré-natal, Lilian respondeu que havia consultado um médico somente uma vez durante esses meses de gestação.

Diante do fato de Lilian ter 19 anos e já estar na quarta gravidez perguntamos se ela gostaria de fazer laqueadura. Caso tivesse interesse, poderíamos encaminhá-la para o Programa de Planejamento Familiar do Posto de Saúde de Palhoça. Lilian respondeu que tinha interesse em fazer laqueadura, mas seu companheiro não aceitava. Segundo Lilian, Mário achava-a muito nova para fazer laqueadura.

⁵ Beco – ruas muito estreitas sem saída. Dicionário Rião Rião

Pedimos a Lillian que repassasse as informações para seu companheiro sobre Tatiana, deixamos um cartão com horário agendado para Mário comparecer ao Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar para um atendimento social.

Mário não compareceu ao atendimento agendado no Programa e não fez contato para comunicar o porquê de sua falta. Tatiana estava recebendo atendimento psicológico semanalmente no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, desde a data que foi determinada seu abrigoamento.

No dia 15/04/04 realizamos visita domiciliar, na residência de Mário, com o objetivo de sabermos por que o mesmo não compareceu ao atendimento agendado no Programa para o dia 07/04/04. Conversamos com Lillian, segundo ela Mário foi ao atendimento agendado, mas chegou ao Programa às 19:00h, não havia mais ninguém, explicamos para Lillian que nosso horário de trabalho é das 13:00 às 19:00h.

Perguntamos se seu companheiro tinha ido visitar Tatiana na Casa Lar, Lillian respondeu que não, perguntamos por quê? Ela disse que não sabia, e que em casa eles nem conversavam sobre o assunto Tatiana.

Lillian nos colocou que não se sentia no direito de interferir na relação de seu companheiro com a filha dele. Colocamos para a Lillian que eles formavam uma família, e que conversar sobre Tatiana em casa era necessário, para que a menina mesmo estando abrigada começasse a fazer parte daquele Grupo Familiar. Para que seus irmãos caçulas soubessem, quando Tatiana fosse morar com sua família, que ela não era uma estranha, logo a dinâmica familiar entre os seus membros não sofreria tanta alteração com a chegada de Tatiana.

Agendamos outro atendimento para Mário no Programa, para o dia 16/04/04, às 17:00h, pedimos a Lillian se caso Mário não pudesse comparecer que eles fizessem contato conosco para dar alguma satisfação.

No dia 16/04/04, por volta das 14:00h, Lílían fez contato conosco no Programa, para nos informar que seu companheiro Mário não poderia comparecer ao atendimento agendado para aquele dia no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, por que tinha que ir ao banco receber. Argumentamos com Lílían que o referido banco fechava às 16:00h e que próximo ao Programa tinha uma agência bancária onde seu companheiro poderia receber, reforçamos a importância de seu companheiro comparecer ao atendimento agendado para aquele dia.

Lílían nos perguntou se não havia a possibilidade de realizarmos o atendimento com Mário sábado quando ele fosse visitar Tatiana na Casa Lar. Explicamos que não havia essa possibilidade porque o nosso horário de trabalho é de segunda a sexta feira, das 13:00h às 19:00h.

Mário compareceu – no dia 16/04/04 - ao atendimento, chegou ao Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar às 16h30min, realizamos atendimento social com Mário, relembramos o compromisso assumido por ele no dia 17/02/04, em reunião realizada no Fórum, de ir visitar Tatiana na Casa Lar aos finais de semana e freqüentar o atendimentos agendados no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

Colocamos para Mário o quanto seria importante para Tatiana sentir-se amada e pertencente a uma família. Que Tatiana não deveria ser castigada pelo fato de ter nascido afinal “ela não pediu para nascer”. Sua concepção só aconteceu porque ele, o pai, e Melissa a mãe não tiveram o cuidado de utilizar métodos contraceptivos para que daquele relacionamento não acontecesse uma gravidez não planejada.

Mário nos colocou a sua dificuldade de ir aos atendimentos agendados no Programa, argumentou que trabalha no Norte da Ilha de Florianópolis, e com o novo sistema integrado de ônibus em Florianópolis, o trajeto de ida e volta do trabalho ficou mais

demorado. Colocamos para Mário que se ele fosse visitar a filha todo final de semana na Casa Lar os atendimentos no Programa poderiam ser realizados quinzenalmente

Reforçamos com Mário a importância de ele visitar Tatiana aos finais de semana na Casa Lar Feminina de Palhoça para o resgate de vínculo com a menina, a necessidade de Tatiana ter uma referência de família e que aos poucos a menina poderia passar os finais de semana em sua residência.

A partir do momento que o vínculo entre Tatiana e a família de seu pai fosse estabelecido, seria solicitado perante o juiz o desabrigo da menina, para que Tatiana passasse a residir definitivamente com sua família.

Agendamos atendimento psicológico para o dia 22/04/04, às 18:00h no Programa. Fornecemos um passe patamar IV para que Mário pudesse vir direto de seu trabalho para o atendimento psicológico. Mário não compareceu ao atendimento psicológico agendado para o dia 22/04/04 e nem fez contato para informar porque não foi.

Em 26/04/04 realizamos visita domiciliar, na residência de Mário, com o objetivo de verificarmos por que ele não compareceu ao atendimento psicológico agendado no Programa.

Conversamos com Lillian, companheira de Mário. Perguntamos se estava tudo bem com ela, se havia marcado consulta no Posto de Saúde para dar continuidade ao acompanhamento do pré-natal e Lillian disse que não, que agora com a gestação avançada já não achava necessário consultar o médico.

Quando questionamos sobre seu companheiro, por que ele não foi ao atendimento e nem estava indo visitar Tatiana na Casa Lar, ela disse que nada sabia. Que seu companheiro naquele dia chegou às 19:00h em casa e não comentou nada com ela, que sábado Mário não visitou a filha na Casa Lar porque teve que trabalhar para pagar um dia que faltou ao serviço

e no domingo saiu sem dizer para onde iria. Deixamos recado para que Mário fizesse contato conosco no Programa.

Neste mesmo dia, os avós paternos de Tatiana foram ao Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar para entregar os documentos da menina. Orientamos o casal a passar no Fórum para pegar um documento, com a Assistente Social do Fórum, que comprovasse a revogação da guarda que o casal tinha de Tatiana.

No dia 04/05/04, em Estudo de Caso analisamos o caso de Tatiana. A menina estava abrigada desde o dia 30/03/04 e segundo informações dela durante os atendimentos psicológicos, semanais, o pai não havia ido visitá-la nenhum fim de semana. Fizemos contato com a Casa Lar e a monitora confirmou que de fato a menina não havia recebido nenhuma visita desde a data do seu abrigamento.

Diante da falta de comprometimento de Mário com o que havíamos acordado na reunião realizada no Fórum em 17/02/04, a equipe do Programa acordou em enviar um ofício para justiça informando à situação e solicitando sua intervenção neste caso. (conforme anexo B)

Em 11/05/04 encaminhamos ofício à justiça sobre o caso de Tatiana. Sugerimos que fosse marcada uma audiência para que Mário decidisse se queria ficar com Tatiana ou preferia dar continuidade no Processo de Perda do Poder familiar.

Desde o dia que encaminhamos o ofício para o Fórum solicitando sua intervenção no caso de Tatiana, suspendemos as visitas domiciliares na residência de Mário, porém Tatiana continuou a receber atendimento psicológico semanalmente no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar. Enquanto esperávamos a decisão judicial fizemos todo um trabalho de rede com o Serviço Social do Fórum na tentativa de agilizarmos o caso.

No dia 11/05/04 em Estudo de Caso a pedagoga do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, colocou que a técnica responsável pela casinha que Tatiana freqüentava no Programa Jornada Ampliada, relatou que a menina estava muito triste não

participava das atividades, ficando sozinha pelos cantos, e que na Casa Lar o relato era o mesmo.

Analisando o caso de Tatiana, a equipe técnica do Programa chegou à conclusão de que pelo fato de ficar o dia todo no Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara, a menina não tinha um referencial de casa, para ela a Casa Lar era somente o local onde ela ficava quando não estava estudando, não conseguindo interagir com as demais crianças que lá se encontram porque quase não convivia com elas.

Pensamos em pedir dispensa para Tatiana por uma semana do Programa Jornada Ampliada, para que pudesse ficar mais tempo na Casa Lar e interagir com as outras crianças que se encontram abrigadas.

Conversamos com os responsáveis pelo Programa Jornada Ampliada e eles permitiram que Tatiana se afastasse por uma semana. Durante uma semana a menina ia para aula no período matutino e a tarde ficava na Casa Lar, o resultado foi positivo, Tatiana segundo informações da Casa Lar estava melhor, mais alegre e interagindo com as colegas.

No dia 08/06/04, segundo informações da Assistente Social do Fórum, o juiz havia determinado que fosse marcada a audiência com o pai de Tatiana para que ele decidisse se queria ficar com a menina ou não, mas a data não foi marcada.

Novamente passamos por um período de contatos quase que diários com o Serviço Social do Fórum, na “esperança” de confirmar se já havia sido marcada o dia da audiência com o pai de Tatiana. Diante da demora para ser marcada a data da audiência com Mário, fomos ao Fórum com o objetivo de conversarmos com o juiz sobre o caso de Tatiana.

Apresentamos-nos enquanto Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e colocamos a situação de Tatiana para o juiz desde quando ela começou a ser atendida no Programa, quando ainda residia com seus avós paternos, até aquela data. Diante do nosso

relato o juiz comprometeu-se em agilizar os procedimentos para marcar a data da audiência de Mário.

No início de agosto deste ano o Serviço Social do Fórum nos informou que a audiência de Mário foi agendada para o dia 01/09/04, às 14:00h, com o Promotor. Durante todo esse tempo Tatiana sempre teve atendimento psicológico no Programa, para que pudéssemos acompanhar como a menina estava, procurando trabalhar a questão das saudades que a mesma sentia do convívio com os avós paternos.

No dia 03/09/04, fizemos contato com o Serviço Social do Fórum, com o objetivo de obtermos informações sobre a audiência de Mário. Conversamos com a Assistente Social, esta informou que houve a audiência, mas que não foi decidido nada, Mário confirmou para o Promotor que queria ficar com a Tatiana.

O promotor determinou que deveria ser marcada outra audiência com testemunhas, no caso a conselheira que na época acompanhou o abrigamento de Tatiana, e da Assistente Social da Casa Lar na época do abrigamento.

Segundo a psicóloga do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, Tatiana relatou durante atendimento que seu pai foi visitá-la na Casa Lar e a menina demonstra sentir muitas saudades dos seus avós paternos.

No dia 08/11/04 Sr. José, avô de Tatiana, esteve no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar querendo saber se fomos nós que ligamos para sua casa neste dia, às 12:00h. O referido senhor estava preocupado, verbalizando que não é mais o responsável pela menina, logo não tinha por que ligarem para ele. Falamos que não fomos nós e não sabíamos quem poderia ter sido.

Fizemos contato com o Serviço Social do Fórum, para averiguar se foi alguma Assistente Social daquele setor que ligou para residência do Sr. José. Nos informaram que não. Então ligamos para Casa Lar e constatamos que a Assistente Social havia ligado para a

residência do Sr. José, porque Mário havia ido visitar a filha na Casa Lar naquele final de semana e deixou o número de telefone do Sr. José para recados.

O referido senhor se recusou a deixar o seu telefone para recado, ele não quer ter nenhum tipo de contato com Tatiana. Disse-nos que Mário tem uma irmã que é sua vizinha e que ela tem telefone. Fizemos contato com esta irmã de Mário. Colocamos a situação para ela, e ela aceitou em deixar seu número de telefone para que pudéssemos nos comunicar com Mário, Sr. José foi embora tranquilo.

Em 09/11/04 realizamos visita domiciliar no Fórum com o objetivo de verificarmos a situação de Tatiana. Constatamos que a segunda audiência do pai de Tatiana foi marcada para o dia 04/03/05 – sexta feira – no período vespertino.

Diante dos novos acontecimentos, no próximo Estudo de Caso conversaremos sobre o caso de Tatiana para ver o que o Serviço Social do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar pode estar fazendo neste momento, para auxiliar Tatiana a resgatar vínculo com seu pai.

2. Considerações Finais

As lutas vinculadas à Questão Social se expressam de várias formas na sociedade que vivemos como, por exemplo, no movimento negro, nas manifestações de estudantes pelo passe livre, na mobilização da sociedade em campanhas para o desarmamento da população, nos movimentos feministas e nas campanhas que abordam a Violência Doméstica no âmbito familiar.

Essa trajetória de lutas pela conquista de direitos, são movimentos que acontecem desde os séculos passados, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial vem intensificar a força dos movimentos na luta do Homem pela conquista dos seus direitos.

As mulheres, como outros segmentos, começaram a ir para as ruas reivindicar os seus direitos, as pessoas portadoras de deficiência física passaram a lutar por seus direitos, as crianças e adolescentes passaram a serem vistos como seres de direitos e em desenvolvimento.

Todas essas questões se expressão na família, surge no Grupo Familiar conflitos relacionados também à questão de gênero e ao conflito de gerações. Os integrantes do grupo familiar têm dificuldades de se entenderem e acabam instalando uma relação conflituosa no desenrolar de sua dinâmica.

Fatores econômicos e sociais como a falta de acesso a condições dignas de moradia, alimentação, saúde e educação de qualidade refletem no relacionamento intra familiar e pode ocasionar situação de risco para os membros do Grupo Familiar. Esta situação vivenciada pelo Grupo Familiar traz problemas como a impetração da Violência Doméstica no desenrolar de sua dinâmica.

Neste sentido faz-se necessário a criação de Políticas Sociais que articulem Programas e Projetos para trabalhar essas temáticas que fragilizam e desestabilizam o Grupo Familiar. Buscando prestar orientação a família para que ela consiga superar suas dificuldades.

Os Programas e Projetos direcionados a prestação de serviços à família, tem caráter seletista e emergencial, por falta de uma estrutura física adequada, recursos materiais que garantam a manutenção dos Programas e também de uma equipe técnica que consiga trabalhar a família em sua totalidade. É preciso parar de trabalhar com a idéia do indivíduo problema.

Muitas vezes a relação conflituosa que se apresenta não é avaliada dentro do contexto social em que a família está inserida, que o conflito vivenciado por seus membros tem origem na estrutura familiar na forma como a família está organizada.

Trabalha-se muito com a idéia do indivíduo problema, e o restante do grupo familiar é esquecido, tudo é feito no sentido de trabalhar a parte e não o conjunto. Segundo Minuchin o que acontece nos Programas direcionados a família é um trabalho fragmentado, no qual o foco do tratamento é o indivíduo e não o Grupo Familiar.

Para se realizar um bom trabalho de abordagem a família os Programas e Projetos tem que ser bem estruturados, com espaço físico adequados e recursos materiais satisfatórios. Que os técnicos envolvidos sejam capacitados e hábeis para realizar o trabalho com toda família.

3. Referências

AMMANN, Safira Bezerra. **Cidadania e Exclusão Social: O Mundo Desenvolvido em Questão**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº. 76. São Paulo; Cortez, 2003, 126.

Azevedo e Guerra (1995). In.: Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Santa Catarina, 1999.

Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Santa Catarina, 1999.

Apostila do Curso de Especialização sobre Violência Doméstica/ **LACRI**. São Paulo, 2001.

CERQUIRA, Margarida, PIRES Susana, FIGUIREDO, Daniela, Matos, Ana e SOUSA, Liliana. **Os Problemas das Famílias Multiproblemáticas: comparação da perspectiva dos profissionais e das próprias famílias**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº. 76. São Paulo; Cortez, 2003, 59-63.

Coletânea de Leis da Assistência Social – **LOAS** -. Paraná, 2003

COSTA, Antonio Gomes da. **A Família como Questão Social no Brasil**. In: Família Brasileira a Base de Tudo/ Sílvio Manoug Kaloustian(organizador). – 4ª ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000, 19-23.

Estatuto da Criança e do Adolescente. 4ª edição; Brasília, 2003.

Faleiros (1997). In.: Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Santa Catarina, 1999.

Folder do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar. Palhoça, 2001.

FRAGA, Paulo Desinar. **Violência: Forma de Dilaceramento do Ser Social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 78,. São Paulo: Cortez, 2002,44.

Hermam (1981). In .: Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Santa Catarina, 1999.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. – 1ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 1981, 40. (Coleção primeiros passos; 39).

MINUCHIN, Patrícia. COLAPINTO, Jorge e MINUCHIM, Salvador. **Trabalhando com Famílias Pobres**; trad. Magda França Lopes. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, 23.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e Serviço Social, Contribuições para o Debate**. In.: Serviço Social e Sociedade, nº. 55. São Paulo, Cortez, 1997, 120-123.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o Foco de Nossas Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: Família Brasileira a Base de Tudo/ Silvio Manoug Kaloustian(organizador). – 4ª ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000, 93-108.

Projeto Técnico, **Projeto Clarear/Sentinela**. Palhoça 2001.

Projeto Técnico, **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar**. Palhoça 2001.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, Emoção e Ideologia**. In: Lane, S. e Codo, W. (orgs) **Psicologia Social: O homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001, 99-123.

Relatório Sobre a Saúde no Mundo, 2001 - Organização Panamericana da Saúde - Organização Mundial de Saúde - ONU, **World Health Report** - WHO - Genève - Swiss - who@who.int, in. **PsigWeb**, Internet, disponível em www.psigweb.med.br/acad/oms1.html

Schechter e Roberge (1976).In.: Apostila do Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Santa Catarina, 1999.

Site da Prefeitura Municipal de Palhoça: www.palhoca.gov.br

Site IMESC/INFOdrogas 1999-2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania.** In.: Serviço Social e Sociedade, nº. 55. São Paulo: Cortez, 1997, 30.

VOLPI, Mário (org). **O adolescente e o ato infracional.** 3ª edição – São Paulo: Cortez, 1999,14.

Anexos

Anexo A – folder do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Apresentação

A Prefeitura municipal de Palhoça atendendo ao que preconiza o **Estatuto da Criança e do Adolescente** em seu art. 90 inciso I (Lei nº 8.069/90), implantou o **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar** que atenderá às famílias e suas problemáticas, na perspectiva de fortalecê-la, assegurando proteção aos filhos.

“A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando(...). É consenso que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país”.

Entretanto, quando a lei diz: “*que é dever da família, em primeiro lugar, assegurar todos esses direitos a seus filhos*”, mas, por inúmeros fatores a mesma não consegue, surge a necessidade de implantação de Programas que visem o atendimento, promoção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

Qual é a nossa história?

O Município de Palhoça, possui uma localização geográfica privilegiada: é cercada pela Serra do Mar e belíssimas praias, tornando-o um pólo turístico em expansão e, por estar próximo a grandes centros, contribui e impulsiona a conquista gradativa do crescimento econômico.

Segundo o censo do IBGE realizado em 2000, possui uma população de 102.800 habitantes. Entre esses, aproximadamente 45.000 cidadãos tem idade inferior a 19 anos, indicando que o município está entre os que mais cresceram no Estado nos últimos 5 anos.

A população não é formada somente por nativos pois o município recebe migrantes de vários pontos do país, fato este que acarreta no agravamento de problemas sociais gerados principalmente pelas famílias de baixa renda. Elas vêm em busca de melhores condições de vida e, como não as encontram, os bolsões de miséria se instalam causando diferenças antagônicas acentuadas entre as diversas classes sociais.

No município a taxa de evasão escolar é maior que a média estadual além do elevado número de reprovação e da distorção série – idade. Como consequência direta desses problemas podemos enumerar várias situações vividas pela população mas, o que mais preocupa é o alto índice de criminalidade infanto-juvenil.

Segundo dados da Polícia Civil no período de 1996 à maio de 2001, os delitos envolvendo adolescentes tiveram um crescimento exponencial. Esses delitos são os mais variados, como: furto, ameaça, lesão corporal, danos e perturbação, consumo de drogas, atos obscenos, violência sexual entre outras.

Diante do exposto, e preocupados com os graves problemas sociais, o município de Palhoça através da sua **Diretoria de Desenvolvimento Social e da Saúde, implanta o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar** para transformar esta realidade, atendendo as necessidades dessas famílias em situação de vulnerabilidade, as quais são atendidas pelo Conselho Tutelar, que apresenta através de seus dados estatísticos, muitos casos de conflito familiar, miséria negligência, desemprego, drogas e outros que serão acompanhados pelo referido Programa. Salientamos que o Programa contará com a mediação de uma equipe multidisciplinar, na incumbência de ser um agente transformador propondo fortalecer essas famílias.

Qual é objetivo do Programa?

Visar a efetivação de ações de suporte, prevenção, orientação, encaminhamento e apoio às famílias com níveis importantes de dificuldades sociais relacionais e existenciais na perspectiva de fortalecê-la como geradora direta de proteção a seus membros.

Quem é a demanda do Programa?

Famílias de Crianças e Adolescentes em situação de risco social e pessoal, que se encontram com seus direitos violados, encaminhadas mediante relatório, pelo **Conselho Tutelar, Justiça e Promotoria da Infância e Juventude e Coordenadores dos Abrigos**.

Anexo B – Ofício solicitando intervenção do Fórum.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR

Ofício

033/04

Palhoça, 11 de maio de 2004.

Assistente Social/ Fórum
Palhoça/SC

Cara Colega,

Vimos solicitar intervenção deste Fórum junto ao Sr. Mário Silva, pai de Tatiana Ferreira Silva (07 anos), que se encontra abrigada na Casa Lar Feminina de Palhoça, desde 30/03/04. O pai da referida criança, não está cumprindo com o acordo estabelecido em reunião realizada no dia 17/02/04, neste Fórum, onde estavam presentes ele (Sr. Mário), sua companheira (Sr.^a Lílian), os avós paternos e guardiões da menina na ocasião (Sr. José e Sr.^a Ondina), a Assistente Social e estagiária de Serviço Social, do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e a Assistente Social do Fórum de Palhoça.

Em virtude da solicitação dos avós paternos da revogação da guarda fez-se necessário a reunião acima mencionada, onde na mesma acordamos que o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar buscaria conseguir uma vaga no Centro Piloto Dom Jayme de Barros Câmara, para Tatiana no Programa Jornada Ampliada e também enviaria relatório para o Fórum sugerindo o abrigamento da menina. Dessa forma, o pai comprometeu-se a participar dos atendimentos psicológicos e sociais agendados no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e a visitar Tatiana na Casa Lar a partir do seu abrigamento. Obtivemos vaga para Tatiana no Centro Piloto (Jornada Ampliada) no período vespertino, sendo que no período matutino a mesma frequenta a 1ª série do ensino fundamental. Enviamos relatório para o Fórum, sugerindo abrigamento da criança.

A partir do abrigamento da menina iniciamos imediatamente o acompanhamento familiar, onde realizamos 03 visitas domiciliares na casa do pai, deixando agendado com a madrastra atendimentos no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar dos quais ele compareceu somente a 01, não justificando suas faltas nos demais atendimentos. Disponibilizamos passes para que o mesmo comparecesse aos atendimentos agendados conforme seu horário de trabalho. O pai não vem cumprindo sua parte no acordo de participar nos atendimentos do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar e de visitar Tatiana na Casa Lar para o restabelecimento de vínculo entre eles.

Dessa forma, sugerimos que o pai seja convocado a comparecer nesse Fórum para definição da situação de sua filha, lembrando que o mesmo está com o Poder Familiar Suspenso.

Atenciosamente,

Fátima M^a dos Santos
Assistente Social
CRESS/0984

Edenisi M^a Francisco
Estagiária de
Serviço Social